



JUCESP PROTOCOLO
0.808.126/17-9



BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.

CNPJ/MF n.º 13.574.594/0001-96

NIRE 35.300.393.180

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2017**

1. **Data, Horário e Local:** No dia 22 de junho de 2017, às 10:00 horas, na sede social da **BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.**, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 161, conj. 1.403, parte, sala B, Alphaville, CEP 06454-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.574.594/0001-96, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.300.393.180.
2. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.
3. **Mesa:** Presidente: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Iuri de Araújo Miranda**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.736.624 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 422.741.175-00, que indicou a mim, Sr. **Fabio Chaves de Arruda Alves**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 221.973, na Seção de São Paulo e inscrito no CPF/MF sob o nº 297.666.278-94, ambos com endereço profissional na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 161, Conjunto 1.403, parte, sala B, Alphaville, CEP 06454-000, para secretariá-lo.
4. **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar a respeito das seguintes matérias: (i) modificação de determinadas condições do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 7 de julho de 2014 ("**Primeiro Plano**"); (ii) aprovação da criação do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("**Segundo Plano**"); (iii) aprovação da criação do Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("**Terceiro Plano**") e; (iv) o aditamento dos Bônus de Subscrição nº 3, Série 3 e nº 4, Série 3.
5. **Deliberações:** após análise e discussões, foi aprovado, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

5.1. Primeiro Plano. as modificações de determinadas condições do Primeiro Plano na forma do Anexo I. O Primeiro Plano passa, a partir da presente data, a vigorar conforme redação constante do Anexo I, que se encontra arquivado na sede da Companhia. Para refletir as modificações ora aprovadas ao Primeiro Plano, é, também, aprovada a minuta de Aditamento ao Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações – Primeiro Plano substancialmente conforme a redação que acompanha a presente Ata como Anexo I(A).

5.2. Segundo Plano. a criação do Segundo Plano, em benefício dos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, na forma do Anexo II, que se encontra arquivado na sede da Companhia. Ademais, fica, desde já, aprovada a minuta de Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações – Segundo Plano substancialmente conforme a redação que acompanha a presente Ata como Anexo II(A);

5.2.1. Conforme determinado no Segundo Plano e, observadas as restrições previstas na Lei das S.A., no Acordo de Acionistas da Companhia e em seu Estatuto Social, fica incluída a gestão do Segundo Plano dentro do rol de competências do Comitê de Gestão dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia.

5.3. Terceiro Plano. a criação do Terceiro Plano, em benefício dos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, na forma do Anexo III, que se encontra arquivado na sede da Companhia. Ademais, fica, desde já, aprovada a minuta de Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações – Terceiro Plano substancialmente conforme a redação que acompanha a presente Ata como Anexo III(A);

5.3.1. Conforme determinado no Terceiro Plano e, observadas as restrições previstas na Lei das S.A., no Acordo de Acionistas da Companhia e em seu Estatuto Social, fica incluída a gestão do Terceiro Plano dentro do rol de competências do Comitê de Gestão dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia.

5.4. Emissão de Ações no Âmbito do Primeiro Plano, do Segundo Plano e do Terceiro Plano. Observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia (conforme aditado de tempos em tempos) e, conforme disposto no Primeiro Plano, no Segundo Plano e no Terceiro Plano (conjuntamente os "**Planos de SOP**"), fica desde já estabelecido que **(i)** os acionistas da Companhia signatários do Acordo de Acionistas não terão preferência para a subscrição de ações emitidas pela Companhia em benefício dos beneficiários dos Planos de SOP no âmbito dos Planos de SOP; **(ii)** apesar da aprovação dos Planos de SOP (ou, no caso do Primeiro Plano, aprovação de modificações) nos termos da presente Ata, a emissão pela Companhia de quaisquer ações no âmbito de

Handwritten signatures and a number 2.

5.5. Aditamento dos Bônus de Subscrição. Aditamento dos bônus de subscrição, nº 3, Série 3 e nº 4, Série 3 emitidos pela Companhia em favor da acionista Sommerville Investments B.V. (nova denominação da SHEARES INVESTMENTS B.V.) em 19 de dezembro de 2014, os quais passam a vigorar conforme redação constante do Anexo IV.

7. **Presenças:** **Mesa:** Presidente – Sr. Iuri de Araújo Miranda; Secretário – Sr. Fabio Chaves de Arruda Alves. **Acionistas:** Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações; Burger King do Brasil Assessoria a Restaurantes Ltda.; Sommerville Investments B.V.; Montjuic Fundo de Investimento em Participações.

Barueri, 22 de junho de 2017.

Juri de Araújo Miranda
Presidente

Fabio Chaves de Arruda Alves
Secretário



ANEXO I

**À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA BK BRASIL OPERAÇÃO E
ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.,
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2017**

***PRIMEIRO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES DA COMPANHIA, CONFORME
ALTERADO NA PRESENTE DATA (RUBRICADO POR TODOS OS SIGNATÁRIOS DA
PRESENTE) ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA NA SEDE DA COMPANHIA***



ANEXO I(A)

**À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA BK BRASIL OPERAÇÃO E
ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.,
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2017**

***MINUTA DE ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE OUTORGA DE OPÇÃO
DE COMPRA DE AÇÕES – PRIMEIRO PLANO (RUBRICADO POR TODOS OS
SIGNATÁRIOS DA PRESENTE) ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA NA SEDE DA
COMPANHIA***



ANEXO II

**À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA BK BRASIL OPERAÇÃO E
ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.,
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2017**

***SEGUNDO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES DA COMPANHIA (RUBRICADO
POR TODOS OS SIGNATÁRIOS DA PRESENTE) ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA NA
SEDE DA COMPANHIA***

A handwritten signature in dark ink, consisting of a stylized 'X' followed by a large, flowing 'P'.

ANEXO II(a)

**À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA BK BRASIL OPERAÇÃO E
ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.,
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2017**

***MINUTA DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE
AÇÕES – SEGUNDO PLANO (RUBRICADO POR TODOS OS SIGNATÁRIOS DA PRESENTE)
ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA NA SEDE DA COMPANHIA***

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'A' followed by a 'P' and a small '7'.

ANEXO III

**À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA BK BRASIL OPERAÇÃO E
ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.,
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2017**

***TERCEIRO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES DA COMPANHIA (RUBRICADO
POR TODOS OS SIGNATÁRIOS DA PRESENTE) ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA NA
SEDE DA COMPANHIA***

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'A' followed by a long horizontal stroke and a loop.

ANEXO III(A)

**À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA BK BRASIL OPERAÇÃO E
ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.,
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2017**

***MINUTA DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE
AÇÕES – TERCEIRO PLANO (RUBRICADO POR TODOS OS SIGNATÁRIOS DA
PRESENTE) ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA NA SEDE DA COMPANHIA***



9

ANEXO IV

**À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA BK BRASIL OPERAÇÃO E
ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.,
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2017**

ADITAMENTOS DOS BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO No. 3, SÉRIE 3 E No. 4, SÉRIE 3



Bônus de Subscrição TEMASEK C - ADITAMENTO

Boletim de Subscrição do Bônus de Subscrição TEMASEK C - ADITAMENTO

Nº. 3 – SÉRIE 3

Boletim de Subscrição do Bônus de Subscrição Nº. 3, Série 3, emitido em favor da **SOMMERVILLE INVESTMENTS B.V.** (nova denominação da SHEARES INVESTMENTS B.V.), sociedade limitada (*private limited liability company*) organizada de acordo com as leis da Holanda, com sede em Muiderstraat 9, 1011PZ, na Cidade de Amsterdã, Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.580.453/0001-09 ("**TEMASEK**"), como vantagem adicional decorrente da subscrição, em 19 de dezembro de 2014, de 231.498 (duzentas e trinta e uma mil, quatrocentas e noventa e oito) ações ordinárias da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Acionista	Número de Bônus de Subscrição	Nº. e Série
SOMMERVILLE INVESTMENTS B.V. , sociedade limitada (<i>private limited liability company</i>) organizada de acordo com as leis da Holanda, com sede Muiderstraat 9, 1011PZ, na Cidade de Amsterdã, Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.580.453/0001-09	1	Nº. 3, Série 3

Barueri, 22 de junho de 2017.

Presidente:

Iuri de Araújo Miranda

Secretário:

Fabio Chaves de Arruda Alves

Acionista Subscritora:

BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.

por FABIO C. DE ARRUDA ALVES
E IURI DE ARAUJO MIRANDA

SOMMERVILLE INVESTMENTS B.V.

por BRUNO DE LUCA ZANATTA

Bônus de Subscrição TEMASEK C- ADITAMENTO
(Bônus de Subscrição Nº. 3 – Série 3)

Data de emissão: 22 de junho de 2017

1. Emissora: **BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.**, sociedade por ações organizada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Barueri, Estado do São Paulo, na Alameda Rio Negro, 161, Conj. 1.403, Alphaville, CEP 06454-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96, com prazo de duração indeterminado, nos termos do seu Estatuto Social ("Companhia").

2. Subscritora/Titular: **SOMMERVILLE INVESTMENTS B.V.**, sociedade limitada (*private limited liability company*) organizada de acordo com as leis da Holanda, com sede em Muiderstraat 9, 1011PZ, na Cidade de Amsterdã, Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.580.453/0001-09 ("TEMASEK").

3. Capital Social e Ações: Conforme Assembleia Geral da Companhia realizada em 22 de junho de 2017, o capital social da Companhia é atualmente de R\$ 1.505.310,00 (um milhão quinhentos e cinco mil trezentos e dez reais), dividido em 1.207.138 (um milhão duzentas e sete mil, cento e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 361.798 (trezentos e sessenta e um mil setecentas e noventa e oito) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária atribui direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia. O capital autorizado da Companhia é de 1.591.382 (um milhão quinhentas e noventa e uma mil, trezentas e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de forma que o capital social pode ser aumentado dentro de referido limite, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

4. Atribuição do Bônus de Subscrição como Vantagem Adicional: Este Bônus de Subscrição é emitido em favor da TEMASEK como vantagem adicional decorrente da subscrição, pela TEMASEK, em 19 de dezembro de 2014, de 231.498 (duzentas e trinta e uma mil, quatrocentas e noventa e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia.

5. Condições e Prazo para o Exercício: Este Bônus de Subscrição poderá ser exercido uma vez, e apenas uma vez, a critério da TEMASEK, se e apenas se o Bônus do Batalha (*Batalha Warrant*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek) for exercido. O prazo para o exercício deste Bônus de Subscrição será de 20 (vinte) Dias Úteis (*Business Days*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek) a contar do recebimento de notificação da Companhia pela TEMASEK (com cópia para a VINCI e para a BK) informando a TEMASEK a respeito do exercício do Bônus do Batalha, notificação essa que deverá ser enviada pela Companhia à TEMASEK no prazo de 5 (cinco) dias a contar do exercício do Bônus do Batalha. Após o prazo aqui mencionado para que a TEMASEK exerça este Bônus de Subscrição expirar, o direito da TEMASEK de exercer este Bônus de Subscrição ficará extinto, sem que qualquer compensação seja devida à TEMASEK.

5.1. Este Bônus de Subscrição será exercido por meio do envio de notificação por escrito pela TEMASEK ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia, informando a intenção da TEMASEK de exercê-lo ("**Notificação de Exercício**"). Este Bônus de Subscrição será considerado exercido na data do envio da Notificação de Exercício pela TEMASEK, devendo o Conselho de Administração da Companhia tomar todas as providências e envidar melhores esforços a fim de aprovar, em até 15 (quinze) dias do exercício deste Bônus de Subscrição, a emissão das respectivas novas ações ordinárias com base no capital autorizado da Companhia, sua subscrição pela TEMASEK e a integralização das referidas novas ações ordinárias.

6. Direitos de Subscrição: Quando do exercício deste Bônus de Subscrição, a Companhia emitirá ações ordinárias adicionais à TEMASEK – livres e desembaraçadas de todos e quaisquer Ônus (*Liens*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek) (ressalvados aqueles expressamente estabelecidos nos Contratos da Operação (*Transaction Agreements*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek), no Estatuto Social da Companhia (*Company's By-laws*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek) ou na Lei das Sociedades por Ações (*Brazilian Corporations Law*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek) – de modo que a participação acionária no capital social total e votante da Companhia detida pela TEMASEK após o exercício deste Bônus de Subscrição seja igual à participação percentual detida pela TEMASEK no capital social total e votante da Companhia antes do exercício do Bônus do Batalha, ficando estabelecido, contudo, que o percentual de participação acionária da TEMASEK antes do exercício do Bônus do Batalha será aquele estipulado no Anexo 2.5 do Acordo de Investimento - Temasek.

6.1. O cálculo do número de ações ordinárias a serem emitidas à TEMASEK quando do exercício deste Bônus de Subscrição, em todos os cenários possíveis, consta do Anexo 2.5 do Acordo de Investimento – Temasek conforme atualizado pelo Anexo C do Primeiro Aditamento ao Acordo de Investimento – Temasek.

6.2. Este Bônus de Subscrição expirará quando do pagamento pela Companhia do valor total da parcela condicionada do preço de compra estabelecido na Cláusula 4.1 do SPA do Batalha ("**Parcela Condicionada**") (*Conditioned Installment*, conforme definido no Acordo de Investimento – Temasek). Esse Bônus de Subscrição não expirará na hipótese de exercício do Bônus de Subscrição TEMASEK D, em razão de qualquer pagamento pela Companhia de qualquer Valor de Drag Along Proporcional ou de qualquer Valor de Tag Along Proporcional. *t*

6.3. Caso o número de ações ordinárias resultantes do exercício deste Bônus de Subscrição for fracionário, tal número deverá ser ajustado (i) para cima, caso a parcela fracionária seja igual ou superior a cinco décimos, ou (ii) para baixo, caso a parcela fracionária seja inferior a cinco décimos.

6.4. Na hipótese de desdobramento de ações, grupamento de ações, bonificação de ações ou outro evento similar relacionado às ações da Companhia, a taxa de conversão deverá ser ajustada de acordo.

7. Preço de Exercício: O preço de exercício total para todas as ações ordinárias a serem emitidas em decorrência do exercício dos direitos conferidos por este Bônus de Subscrição será de R\$ 1,00 (um Real).

8. Direitos das Novas Ações Ordinárias: As ações ordinárias emitidas em decorrência do exercício dos direitos conferidos por este Bônus de Subscrição terão os mesmos direitos, preferências e vantagens atribuídas no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações às demais ações ordinárias da Companhia, inclusive no que se refere a dividendos e juros sobre capital próprio ainda não declarados quando do exercício deste Bônus de Subscrição (porém excluindo os dividendos e/ou juros sobre capital próprio declarados mas ainda não pagos na data de exercício deste Bônus de Subscrição).

9. Direito de Preferência: Todos os demais acionistas da Companhia expressamente renunciaram aos seus direitos de preferência para a subscrição deste Bônus de Subscrição, nos termos da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta data, e declararam não ter a reclamar, a qualquer título e tempo, com relação à sua subscrição pela TEMASEK e ao futuro exercício dos direitos previstos neste Bônus de Subscrição. Adicionalmente, quando do exercício deste Bônus de Subscrição (se ocorrer), os acionistas da Companhia à época do exercício não terão qualquer direito de preferência em relação à subscrição das novas ações ordinárias, as quais serão totalmente subscritas e integralizadas pela TEMASEK, nos termos da lei aplicável.

10. Cessão: Qualquer cessão deste Bônus de Subscrição deverá observar os termos e condições previstos na Cláusula 6 do *Shareholders Agreement*. Neste caso, toda e qualquer referência à TEMASEK feita neste Bônus de Subscrição deverá ser considerada como uma referência ao cessionário deste Bônus de Subscrição.

11. Definições: Para os fins deste Bônus de Subscrição, as seguintes expressões, na forma singular ou plural, terão os respectivos significados a elas atribuídos abaixo:

- "**Acordo de Investimento - Temasek**" significa o Acordo de Investimento e Outras Avenças – TEMASEK (*Investment Agreement and Other Covenants – TEMASEK*) celebrado em 12 de novembro de 2014 entre VINCI, BK, TEMASEK e a Companhia contendo alguns ajustes expressamente previstos no Acordo de Investimento e Outras Avenças – INVESTIDOR (*Investment Agreement and Other Covenants – INVESTOR*) celebrado em 15 de julho de 2016 entre VINCI, INVESTOR, BK, TEMASEK e a Companhia e posteriormente aditado nesta data, documentos esses, cujas cópias estão anexas como **Anexo 1**.
- "**INVESTOR**" significa MONTJUIÇ FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações autorizado a operar pela CVM e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.874.326/0001-06.
- "**Notificação de Exercício**" tem o significado atribuído no item 5.1 acima.
- "**Shareholders Agreement**" significa o Acordo de Acionistas Aditado e Consolidado, celebrado em 19 de dezembro de 2014 entre VINCI, BK, TEMASEK, INVESTOR, BKC e a Companhia, sendo as duas últimas intervenientes-anuentes, conforme alterado de tempos em tempos. Para fins de Bônus de Subscrição, o Acordo de Acionistas celebrado em 8 de Agosto de 2016 entre VINCI, BK, TEMASEK, INVESTOR, BKC e a Companhia, sendo as duas últimas intervenientes-anuentes,

alterado pelo primeiro e segundo aditamentos, os dois datados de 22 de Junho de 2017, deverão ser considerados como aditamentos ao Acordo de Acionistas Aditado e Consolidado.

11.1. Todas as expressões utilizadas iniciadas em letra maiúscula neste Bônus de Subscrição e não expressamente aqui definidas terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Acordo de Investimento - Temasek.

11.2. Este Bônus de Subscrição é assinado em versões em inglês e português. Em caso de divergências entre as duas versões, a versão em português prevalecerá.

Barueri, 22 de junho de 2017.

Presidente:

Iuri de Araújo Miranda

Secretário:

Fabio Chaves de Arruda Alves

Acionista Subscritora:

BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.

SOMMERVILLE INVESTMENTS B.V.

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Inaynara Hiasmim Lins de Araújo

RG: 2462041-6

CPF: 013.122.122-17

Nome:

RG:

CPF/MF:

Juliana Cristini da Silva

RG: 33.728.147-6

CPF: 215.090.228-13

Bônus de Subscrição TEMASEK D - ADITAMENTO

Boletim de Subscrição do Bônus de Subscrição TEMASEK D - ADITAMENTO

Nº. 4 – SÉRIE 3

Boletim de Subscrição do Bônus de Subscrição Nº. 4, Série 3, emitido em favor da **SOMMERVILLE INVESTMENTS B.V.** (nova denominação da SHEARES INVESTMENTS B.V.), sociedade limitada (*private limited liability company*) organizada de acordo com as leis da Holanda, com sede em Muiderstraat 9, 1011PZ, na Cidade de Amsterdã, Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.580.453/0001-09 ("TEMASEK"), como vantagem adicional decorrente da subscrição, em 19 de dezembro de 2014, de 231.498 (duzentas e trinta e uma mil, quatrocentas e noventa e oito) ações ordinárias da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Acionista	Número de Bônus de Subscrição	Nº. e Série
SOMMERVILLE INVESTMENTS B.V. , sociedade limitada (<i>private limited liability company</i>) organizada de acordo com as leis da Holanda, com sede Muiderstraat 9, 1011PZ, na Cidade de Amsterdã, Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.580.453/0001-09	1	Nº. 4, Série 3

Barueri, 22 de junho de 2017.

Presidente:

Juri de Araújo Miranda

Secretário:

Fabio Chaves de Arruda Alves

Acionista Subscritora:

BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.

POR: FABIO C. DE ARRUDA ALVES
E JURI DE ARAUJO MIRANDA

SOMMERVILLE INVESTMENTS B.V.

PR. BRUNO DE LUCA ZANATTA

Bônus de Subscrição TEMASEK D - ADITAMENTO
(Bônus de Subscrição Nº. 4 – Série 3)

Data de emissão: 22 de junho de 2017

1. Emissora: BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A., sociedade por ações organizada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 161, Conj. 1.403, Alphaville, CEP 06454-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96, com prazo de duração indeterminado, nos termos do seu Estatuto Social ("Companhia").

2. Subscritora/Titular: SOMMERVILLE INVESTMENTS B.V., sociedade limitada (*private limited liability company*) organizada de acordo com as leis da Holanda, com sede em Muiderstraat 9, 1011PZ, na Cidade de Amsterdã, Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.580.453/0001-09 ("**TEMASEK**").

3. Capital Social e Ações: Conforme Assembleia Geral da Companhia realizada em 22 de junho de 2017, o capital social da Companhia é atualmente de R\$ 1.505.310,00 (um milhão quinhentos e cinco mil trezentos e dez reais), dividido em 1.207.138 (um milhão duzentas e sete mil, cento e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 361.798 (trezentos e sessenta e um mil setecentas e noventa e oito) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária atribui direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia. O capital autorizado da Companhia é de 1.591.382 (um milhão quinhentas e noventa e uma mil, trezentas e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de forma que o capital social pode ser aumentado dentro de referido limite, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

4. Atribuição do Bônus de Subscrição como Vantagem Adicional: Este Bônus de Subscrição é emitido em favor da TEMASEK como vantagem adicional decorrente da subscrição, pela TEMASEK, em 19 de dezembro de 2014, de 231.498 (duzentas e trinta e uma mil, quatrocentas e noventa e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia.

5. Condições e Prazo para o Exercício: Este Bônus de Subscrição poderá ser a critério da TEMASEK, se, e apenas se, quaisquer dos seguintes valores se tornarem devidos e pagáveis pela Companhia ao Batalha (em qualquer dos casos, o "**Pagamento do Batalha**"); (i) a Parcela Condicionada (*Conditioned Installment*, conforme definido no Acordo de Investimento – Temasek); (ii) qualquer valor de drag-along proporcional conforme estabelecido na Cláusula 4.3 do SPA do Batalha (o "**Valor de Drag-Along Proporcional**"); ou (iii) qualquer valor de tag along proporcional conforme estabelecido na Cláusula 4.5 do SPA do Batalha (o "**Valor de Tag Along Proporcional**"). Esse Bônus de Subscrição poderá ser exercido (i) uma única vez (e somente uma vez) se a Parcela Condicionada se tornar devida e pagável (tendo em vista que ela somente poderá se tornar devida em sua totalidade, e não parcialmente); ou (ii) todas as vezes que qualquer Valor de Drag-Along Proporcional ou qualquer Valor de Tag Along Proporcional se tornar devido e pagável pela Companhia ao Batalha. O Valor de Drag-Along Proporcional ou o Valor de Tag Along Proporcional, conforme o caso, será devido e pagável se VINCI transferir em ou antes de 16 de fevereiro de 2019 qualquer participação societária por ele detida na Companhia a terceiro. Se o Batalha não exercer o Bônus de Subscrição do Batalha até 16 de fevereiro de 2019, então a Companhia será obrigada a pagar ao Batalha a Parcela Condicionada. O prazo para o exercício deste Bônus de Subscrição será de 20 (vinte) Dias Úteis (*Business Days*, conforme definido no Acordo de Investimento – Temasek) a contar do recebimento de notificação da Companhia pela TEMASEK (com cópia para a VINCI, INVESTOR e para a BK) informando: (i) a data de vencimento do Pagamento do Batalha; e (ii) a avaliação subjacente da Companhia, em conformidade com os termos e condições do SPA do Batalha, bem como fornecendo documentação comprobatória, inclusive a fórmula de cálculo para fixação do respectivo Pagamento do Batalha. Após expirado o prazo aqui mencionado para que a TEMASEK exerça este Bônus de Subscrição, o direito da TEMASEK de exercer este Bônus de Subscrição em relação a determinado evento ficará extinto, sem que qualquer compensação seja devida à TEMASEK, e, para evitar dúvidas, o direito de TEMASEK exercer este Bônus de Subscrição em relação a outro evento ainda permanecerá vigente e eficaz.

5.1. Este Bônus de Subscrição será exercido por meio do envio de notificação por escrito pela TEMASEK ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia, informando a intenção da TEMASEK de exercê-lo ("**Notificação de Exercício**"). Este Bônus de Subscrição será considerado exercido na data do envio da Notificação de Exercício pela TEMASEK, devendo o Conselho de Administração da Companhia tomar todas as providências e emendar melhores esforços a fim de aprovar, em até

15 (quinze) dias do exercício deste Bônus de Subscrição, a emissão das respectivas novas ações ordinárias com base no capital autorizado da Companhia, sua subscrição pela TEMASEK e a integralização das referidas novas ações ordinárias.

6. Direitos de Subscrição: Quando do exercício deste Bônus de Subscrição, a Companhia emitirá ações ordinárias adicionais à TEMASEK – livres e desembaraçadas de todos e quaisquer Ônus (*Liens*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek) (ressalvados aqueles expressamente estabelecidos nos Contratos da Operação (*Transaction Agreements*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek), no Estatuto Social da Companhia (*Company's By-laws*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek) ou na Lei das Sociedades por Ações (*Brazilian Corporations Law*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek) – de modo que o valor econômico da participação acionária no capital social total e votante da Companhia detida pela TEMASEK após o exercício deste Bônus de Subscrição seja igual ao valor econômico da participação acionária detida pela TEMASEK no capital social total e votante da Companhia imediatamente antes de o Pagamento do Batalha se tornar devido e pagável, ficando estabelecido, contudo, que, para esse cálculo, o valor econômico da participação acionária da TEMASEK na Companhia excluirá (i) o número de ações subscritas pela TEMASEK na data do Closing que ultrapassar 20% (vinte por cento) da participação acionária no capital social total e votante da Companhia na data do Closing, o que foi acordado entre as Partes e a Companhia para capturar o atual tratamento do Bônus de Subscrição do Batalha nas Demonstrações Financeiras Auditadas de 2013 (*2013 Audited Financial Statements*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek) (contabilizado como pagamento contingente no valor de R\$ 27.598.000,00 (vinte e sete milhões, quinhentos e noventa e oito mil Reais) (as ordinárias mencionadas no item (i), as “**Ações de Ajuste**”); e (ii) quaisquer novas ações ordinárias subscritas pela TEMASEK nos termos dos Bônus de Subscrição da TEMASEK (*TEMASEK Warrants*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek) e devido ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (*Company's SOP*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek) constante da Cláusula 2.8 do Acordo de Investimento - Temasek e atrelado à titularidade de tais Ações de Ajuste.

6.1. O cálculo do número de ações ordinárias a serem emitidas à TEMASEK quando do exercício deste Bônus de Subscrição, em todos os cenários possíveis, consta do Anexo 2.5 do Acordo de Investimento – Temasek, conforme atualizado pelo Anexo C do Primeiro Aditamento ao Acordo de Investimento – Temasek.

6.2. Este Bônus de Subscrição expirará quando do exercício do Bônus de Subscrição C da TEMASEK (*TEMASEK C Warrant*, conforme definido no Acordo de Investimento - Temasek).

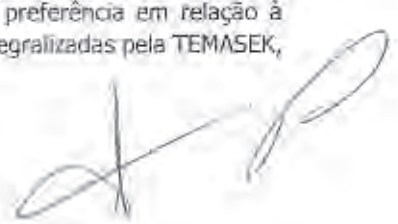
6.3. Caso o número de ações ordinárias resultantes do exercício deste Bônus de Subscrição for fracionário, tal número deverá ser ajustado (i) para cima, caso a parcela fracionária seja igual ou superior a cinco décimos, ou (ii) para baixo, caso a parcela fracionária seja inferior a cinco décimos.

6.4. Na hipótese de desdobramento de ações, grupamento de ações, bonificação de ações ou outro evento similar relacionado às ações da Companhia, a taxa de conversão deverá ser ajustada de acordo.

7. Preço de Exercício: O preço de exercício total para todas as ações ordinárias a serem emitidas em decorrência do exercício dos direitos conferidos por este Bônus de Subscrição será de R\$ 1,00 (um Real).

8. Direitos das Novas Ações Ordinárias: As ações ordinárias emitidas em decorrência do exercício dos direitos conferidos por este Bônus de Subscrição terão os mesmos direitos, preferências e vantagens atribuídas no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações às demais ações ordinárias da Companhia, inclusive no que se refere a dividendos e juros sobre capital próprio ainda não declarados quando do exercício deste Bônus de Subscrição (porém excluindo os dividendos e/ou juros sobre capital próprio declarados mas ainda não pagos na data de exercício deste Bônus de Subscrição).

9. Direito de Preferência: Todos os demais acionistas da Companhia expressamente renunciaram aos seus direitos de preferência para a subscrição deste Bônus de Subscrição, nos termos da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta data, e declararam nada ter a reclamar, a qualquer título e tempo, com relação à sua subscrição pela TEMASEK e ao futuro exercício dos direitos previstos neste Bônus de Subscrição. Adicionalmente, quando do exercício deste Bônus de Subscrição (se ocorrer), os acionistas da Companhia à época do exercício não terão qualquer direito de preferência em relação à subscrição das novas ações ordinárias, as quais serão totalmente subscritas e integralizadas pela TEMASEK, nos termos da lei aplicável.



10. Cessão: Qualquer cessão deste Bônus de Subscrição deverá observar os termos e condições previstos na Cláusula 6 do *Shareholders Agreement*. Neste caso, toda e qualquer referência à TEMASEK feita neste Bônus de Subscrição deverá ser considerada como uma referência ao cessionário deste Bônus de Subscrição.

11. Definições: Para os fins deste Bônus de Subscrição, as seguintes expressões, na forma singular ou plural, terão os respectivos significados a elas atribuídos abaixo:

- **"Acordo de Investimento - Temasek"** significa o Acordo de Investimento e Outras Avenças – TEMASEK (*Investment Agreement and Other Covenants – TEMASEK*) celebrado em 12 de novembro de 2014 entre VINCI, BK, TEMASEK e a Companhia contendo alguns ajustes expressamente previstos no Acordo de Investimento e Outras Avenças – INVESTIDOR (*Investment Agreement and Other Covenants – INVESTOR*) celebrado em 15 de julho de 2016 entre VINCI, INVESTOR, BK, TEMASEK e a Companhia e posteriormente aditado nesta data, documentos esses, cujas cópias estão anexas como **Anexo 1**.
- **"INVESTOR"** significa MONTJUIC FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações autorizado a operar pela CVM e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.874.326/0001-06.
- **"Notificação de Exercício"** tem o significado atribuído no item 5.1 acima.
- **"Shareholders Agreement"** significa Acordo de Acionistas Aditado e Consolidado, celebrado em 19 de dezembro de 2014 entre VINCI, BK, TEMASEK, INVESTOR, BKC e a Companhia, sendo as duas últimas intervenientes-anuentes, conforme alterado de tempos em tempos. Para fins de Bônus de Subscrição, o Acordo de Acionistas celebrado em 8 de agosto de 2016 entre VINCI, BK, TEMASEK, INVESTOR, BKC e a Companhia, sendo as duas últimas intervenientes-anuentes, alterado pelo primeiro e segundo aditamentos, os dois datados de 22 de junho de 2017, deverão ser considerados como aditamentos ao Acordo de Acionistas Aditado e Consolidado.

11.1. Todas as expressões utilizadas iniciadas em letra maiúscula neste Bônus de Subscrição e não expressamente aqui definidas terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Acordo de Investimento - Temasek.

11.2. Este Bônus de Subscrição é assinado em versões em inglês e português. Em caso de divergências entre as duas versões, a versão em português prevalecerá.

Barueri, 22 de junho de 2017.

Presidente:

Iuri de Araújo Miranda

Secretário:

Fabio Chaves de Arruda Alves

Acionista Subscritora:

BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.

PP: FABIO C. DE ARRUDA ALVES E IURI DE ARAUJO MIRANDA

Testemunhas:

Nome:

RG: Daynara Hiasmin Lins de Araújo

CPF/MF: RG: 2452041-6

CPF: 013.122.122-17

SOMMERVILLE INVESTMENTS B.V.

PP: BRUNO DE LUCA ZANATTA

Nome:

RG: Juliana Cristini da Silva

CPF/MF: RG: 33.728.147-6

CPF: 215.090.228-13

PRIMEIRO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

(aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S/A realizada em 7 de julho de 2014, conforme alterado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de junho de 2017)

1. OBJETIVOS DO PRIMEIRO PLANO

1.1. O presente Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações ("**Primeiro Plano**") tem por objeto a outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações preferenciais ("**Ações**") de emissão da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. ("**Companhia**"), conforme indicado pelo Comitê de Gestão, observado, entretanto, o disposto nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia acima referidas ("**AGs**") e neste Primeiro Plano (sendo certo que a emissão de ações preferenciais, a respectiva quantidade e a definição dos respectivos direitos/privilégios e características, dependerão de nova aprovação específica em Assembleia Geral da Companhia, observado o disposto em Acordo de Acionistas da Companhia), a determinados membros da administração e empregados da Companhia e de suas controladas ou coligadas, direta ou indiretamente ("**Afilhadas**"), com o objetivo de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo a determinados membros da administração e empregados da Companhia e/ou de suas Afilhadas adquirir as Ações, nos termos, condições e modo previstos neste Primeiro Plano, incentivando desta forma a integração dos mesmos à Companhia e o alinhamento dos interesses desses administradores e empregados com os interesses dos acionistas da Companhia.

2. OPÇÃO

2.1. Cada opção de compra de ação atribuí ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) Ação de emissão da Companhia, estritamente nos termos e condições estabelecidos neste Primeiro Plano ("**Opção**" / "**Opções**").

2.2. A outorga das Opções constitui mera expectativa de direito dos Participantes, que podem vir a ter o direito de receber as Ações mediante a verificação de todos os requisitos e procedimentos estabelecidos neste Primeiro Plano e no respectivo Programa (aprovado em ata de reunião do conselho de administração da Companhia) e Contrato. Até que se dê a satisfação de todos esses requisitos (dentre os quais se incluem, entre outros, o pagamento do Preço de Exercício e o cumprimento do período de Vesting), não haverá qualquer dever da Companhia de entregar Ações de sua emissão aos Participantes.

3. GESTÃO DO PRIMEIRO PLANO

3.1. O Primeiro Plano será gerido pelo Comitê de Gestão, o qual será formado por 3 (três) membros eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia ("**Comitê de Gestão**"). Exceto pelos membros do Comitê de Gestão que forem Diretores da Companhia (e, portanto, poderão participar deste Primeiro Plano), os demais membros do Comitê de Gestão não poderão receber Opções.

3.2. O Comitê de Gestão poderá estabelecer termos e/ou condições precedentes, bem como regras específicas, aplicáveis a um ou mais Participantes, para o exercício das Opções, prazo de Vesting, antecipação do prazo de Vesting, antecipação e/ou prorrogação do prazo



para exercício das Opções, dentre outros, observado o disposto nas AGs e neste Primeiro Plano. O Comitê de Gestão, respeitado o disposto nas AGs, neste Primeiro Plano e no Contrato, poderá determinar restrições adicionais à transferência das Ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação de Ações pelo Participante.

3.3. O Comitê de Gestão poderá especificar ou delimitar as condições estabelecidas neste Primeiro Plano, conforme acima estabelecido, ou de outra forma desde que não altere os princípios básicos e o disposto neste Primeiro Plano e nas AGs.

4. DEFINIÇÃO DOS PROGRAMAS

4.1. O Comitê de Gestão poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("**Programas**"), nos quais serão definidos **(i)** os termos e as condições de cada outorga de Opções, **(ii)** as pessoas às quais as Opções serão concedidas ("**Participantes**"), **(iii)** o número, o percentual e a espécie de Ações da Companhia que os Participantes terão direito de subscrever com o exercício da Opção, **(iv)** os prazos (mínimo e máximo) para o exercício da Opção, **(v)** o eventual escalonamento das Opções concedidas em lotes sujeitos a prazos mínimos, e **(vi)** quaisquer restrições às Ações recebidas pelo exercício de Opções e disposições sobre penalidades eventualmente aplicáveis, observadas as linhas básicas estabelecidas neste Primeiro Plano e nas AGs.

4.2. As regras de cada Programa deverão constar, ser anexadas ou estar refletidas no Contrato de Outorga de Opções de Compra de Ações e Outras Avenças ("**Contrato**"), a ser firmado entre a Companhia e cada Participante.

4.3. Os Contratos serão individualmente elaborados para cada Participante, podendo o Comitê de Gestão estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato, dentro dos limites gerais fixados pelo Primeiro Plano, pelas AGs e pelo respectivo Programa.

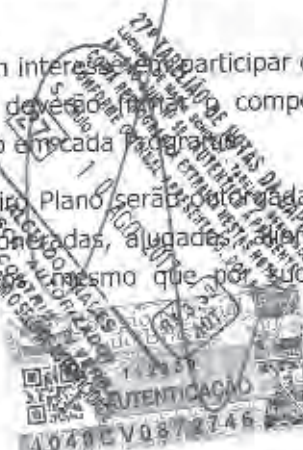
5. PARTICIPANTES DO PRIMEIRO PLANO

5.1. Os membros da administração e empregados da Companhia e de suas Afiladas são elegíveis ao Primeiro Plano (exceto os membros do Comitê de Gestão que não forem Diretores da Companhia). O Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, definir os níveis de empregados elegíveis ao Primeiro Plano, bem como ampliar a abrangência do Primeiro Plano para outros níveis de cargo de empregados, quando da criação de cada Programa.

5.2. Em cada Programa, o Comitê de Gestão indicará os Participantes aos quais serão oferecidas Opções. A indicação de determinados Participantes em determinado Programa não lhes confere o direito de serem indicados como Participantes em qualquer Programa futuro.

5.3. Os Participantes que tiverem interesse em participar do Programa para o qual foram designados e receber as Opções deverão firmar o competente Termo de Adesão e o respectivo Contrato, no prazo fixado em cada Programa.

5.4. As Opções objeto do Primeiro Plano serão outorgadas aos Participantes em caráter personalíssimo, não podendo ser oneradas, alugadas, arrendadas, cedidas ou transferidas, direta ou indiretamente, a terceiros, mesmo que por sucessão, separação ou divórcio,



exceto se de outra forma aqui e/ou no Contrato estabelecido e desde que observados os dispositivos expressamente previstos neste Primeiro Plano, nas AGs e no respectivo Contrato.

6. DISTRIBUIÇÃO ENTRE PARTICIPANTES

6.1. A distribuição das Opções entre os Participantes, incluindo a definição dos Participantes e os níveis de concessão fixados em termos de quantidade de Opções de cada Programa, será decidido pelo Comitê de Gestão, a seu exclusivo critério.

6.2. O Comitê de Gestão procederá ao rateio das Opções após avaliar a quantidade de Ações que farão parte de cada Programa e o número de Participantes determinados. O rateio não será, necessariamente, igual para cada Participante, nem por equidade ou equiparação, nem dividido *pro rata*, sendo fixado caso a caso, a exclusivo critério do Comitê de Gestão, sendo certo que nem todas as Opções deverão ser necessariamente distribuídas.

7. LIMITE QUANTITATIVO

7.1. O Primeiro Plano estará limitado a um número máximo de 67.568 (sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito) Opções, cujo respectivo número de Ações, se exercidas as Opções, corresponderia a 7% (sete por cento) do capital social da Companhia em 14 de julho de 2014, caso este não seja aumentado ou reduzido por outras razões até tal exercício. O Comitê de Gestão poderá propor à Assembleia Geral da Companhia o aumento do limite quantitativo para atender às necessidades de ampliação do Primeiro Plano. Em caso de desdobramento ou grupamento de Ações de emissão da Companhia, o número máximo de Opções que poderão ser outorgadas nos termos deste Primeiro Plano deverá ser ajustado à mesma razão do grupamento ou desdobramento em questão, conforme for o caso.

7.2. Exercida a Opção, o Comitê de Gestão definirá se o capital social da Companhia deverá ser aumentado mediante a emissão de novas Ações a serem subscritas e integralizadas pelos Participantes, de acordo com o art. 166, inciso III, da Lei nº 6.404/76, ou se o exercício das Opções se dará através da alienação pela Companhia de Ações mantidas em tesouraria, observado o disposto na regulamentação aplicável.

7.3. Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de Opções de acordo com este Primeiro Plano, em conformidade com o disposto no art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

8. PREÇO DE EXERCÍCIO

8.1. O preço de exercício das Opções a ser pago pelos Participantes quando da integralização ou aquisição das Ações, conforme o caso, será determinado pelo Comitê de Gestão quando da criação de cada Programa e será reajustado de acordo com índices e taxas a serem estabelecidas em cada Programa pelo Comitê de Gestão, observado, entretanto, o disposto em Acordo da Companhia e no Estatuto da Companhia ("Preço de Exercício").

8.2. Enquanto não forem exercidas e convertidas em Ações, as Opções não farão jus a dividendos, juros sobre capital próprio ou recebimento de valores a título de redução de capital ou bonificação, dentre outros, da mesma forma, enquanto não forem exercidas e

8.3. O Preço de Exercício será ajustado a menor no mesmo montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio por ação que venham a ser pagos pela Companhia a partir da data de celebração do Contrato com o Participante e até a data do exercício das Opções, bem como será ajustado a menor o Preço de Exercício no mesmo montante pago por ação a título de redução de capital sempre que tal redução não ocorrer através do cancelamento de ações, observado, entretanto, o disposto em Acordo de Acionistas da Companhia.

9.1. Sob este Primeiro Plano, e exceto se de outra forma objeto de ajuste pelo Comitê de Gestão, o primeiro lote de Opções poderá ser exercido a partir de 14 de julho de 2014 ("**Lote Inicial**" ou "**Vesting Inicial**", conforme aplicável), sendo o direito de exercer os demais lotes adquirido de forma sucessiva a partir das datas indicadas no **Anexo A** ao presente Primeiro Plano ("**Lotes Subsequentes**" ou "**Vestings Subsequentes**", conforme aplicável), sendo que, para fins deste Primeiro Plano, será considerado "**Período de Vesting**", em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos indicados no Anexo A. As Opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes poderão ser exercidas pelo Participante a qualquer tempo após o respectivo Vesting observado, porém, o disposto nas Cláusulas 11, 15, 16 e 18 deste Primeiro Plano. As Opções que já tenham passado pelo Período de Vesting ora referido, serão doravante denominadas "**Opções Vested**". Sem prejuízo, e conforme acima estabelecido, o Comitê de Gestão poderá, em cada Programa ou Contrato individual, estabelecer condições diversas de Vesting, que poderão ser aplicáveis também caso não tenha ocorrido evento de liquidez (i.e., oferta pública inicial de ações ou alienação de ações representativas de 50% mais 1 ação de emissão da Companhia).

9.3. O Comitê de Gestão deverá estabelecer e divulgar períodos fixos para que o Participante possa exercer parte ou a totalidade das Opções a que tiver direito (**"Período de Oportunidade de Exercício"**). O Comitê de Gestão também poderá estabelecer, a qualquer tempo, restrições adicionais para o exercício das Opções em datas que antecedam a divulgação de fatos relevantes pela Companhia, incluindo, mas não se limitando a datas que antecedam o encerramento do exercício social e a publicação de demonstrações financeiras da Companhia, datas compreendidas entre decisões de aumento de capital, distribuição de dividendos, bonificação em ação ou desdobramento e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e outras datas nas quais considere recomendável a suspensão do exercício das Opções.

Gestão deverá manter os Participantes em Exercício por eles indicados. Durante o exercício, o participante que tiver interesse em exercer a função de Gestão, o participante deverá apresentar Termo de Assunção anexado ao Contrato devidamente assinado.

9.5. Mediante exercício de Opções por um Participante, a Companhia deverá informar por escrito a tal Participante, conforme previsto no Contrato, **(i)** o valor por Ação e o valor total que deverá ser pago por ele para aquisição das Ações objeto das Opções por ele exercidas, juntamente com a respectiva memória de cálculo; e **(ii)** a data em que tais Ações passarão para a titularidade do Participante, devendo o Participante integralizar ou pagar o Preço de Exercício correspondente à Companhia até tal data ou em outra data conforme venha a ser estabelecido pelo Comitê de Gestão.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Em virtude do exercício da Opção e até a data assim informada pela Companhia nos termos da Cláusula 9.4 acima, o Participante deverá pagar à Companhia o Preço de Exercício determinado em cada Programa, conforme disposto acima, **(i)** a título de integralização das Ações subscritas, quando o exercício se der através de aumento de capital, ou **(ii)** a título de pagamento do preço de aquisição, quando o exercício se der através da aquisição de Ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O pagamento do Preço de Exercício deverá sempre se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia, conforme indicado por esta.

10.2. Os Participantes que não pagarem o Preço de Exercício nas condições previstas acima não receberão as Ações correspondentes e tais Opções exercidas e não pagas estarão imediatamente extintas e canceladas, para todos os fins. Sem prejuízo do disposto acima, ainda que o Comitê de Gestão autorize excepcionalmente a aquisição pelo Participante de Ações ainda não pagas, enquanto o Preço de Exercício a elas correspondente não for pago integralmente as Ações não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Comitê de Gestão, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Participante para com a Companhia.

10.3. Os Contratos poderão conter disposições expressas e específicas acerca da forma de pagamento das Ações pelos Participantes, bem como a utilização pelo Participante de parcela de sua participação nos lucros e resultados, bônus de desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável a que fizer jus, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes.

11. EVENTOS DE LIQUIDEZ

11.1. Alteração do Poder de Controle. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.2, o Vesting Inicial e os Vestings Subsequentes poderão ser integralmente antecipados no caso de alienação onerosa de ações de emissão da Companhia que implique a perda dos direitos políticos ou a limitação material dos poderes de controle na Companhia, tal como atualmente detidos e exercidos pela Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações - um fundo de investimento em participações registrado perante a Comissão de Valores Mobiliários, administrado por Vinci Investimentos Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. ("Vinci Capital").

11.2. Na hipótese prevista na Cláusula 11.1, o Participante



Handwritten signatures and initials, including a large 'X' and the letters 'SP'.

(i) poderá exercer a suas Opções e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das Ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas Opções. Caso o Participante opte por não exercer a totalidade de suas Opções, as Opções restantes deverão ser exercidas em até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de ocorrência da hipótese prevista na Cláusula 11.1, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; ou

(ii) se assim demandado pela Vinci Capital, deverá exercer a totalidade de suas Opções ainda não exercidas e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das Ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas Opções.

11.3. Na hipótese prevista na Cláusula 11.1, o Participante fará jus ao mesmo preço por ação auferido pelos acionistas vendedores e a forma de pagamento pela venda de suas ações seguirá a mesma regra e forma de pagamento aplicadas ao pagamento devido aos acionistas vendedores.

11.4. Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia – “IPO”. Na hipótese de um IPO, que poderá consistir tanto na emissão de novas ações pela Companhia (“Oferta Primária”) quanto na alienação de ações de emissão da Companhia por seus respectivos titulares (“Oferta Secundária”), o seguinte deverá ser observado:

- Lock-Up: as Ações que já tenham sido adquiridas pelo Participante, bem como aquelas que venham a ser adquiridas em função do exercício das respectivas Opções somente poderão ser alienadas, vendidas, cedidas, doadas ou de qualquer forma oneradas em benefício de terceiro após transcorrido 1 (um) ano a contar da realização do IPO (observado, no entanto, o quanto estipulado a seguir caso o IPO envolva Oferta Secundária);
- Caso o IPO tenha envolvido Oferta Secundária: o Participante poderá alienar determinado número de Ações que seja proporcional à participação a ser alienada pelos acionistas vendedores na Oferta Secundária (sendo certo que, para tal propósito, se necessário for, o prazo de exercício de parte das Opções poderá ser antecipado, de modo que tal Participante possa participar da Oferta Secundária em conjunto com os acionistas vendedores. Na hipótese dos acionistas vendedores no âmbito de uma Oferta Secundária alienarem suas respectivas participações de maneira desproporcional entre si, o percentual de Ações do Participante que poderá ser alienado na Oferta Secundária deverá ser calculado de acordo com a média dos percentuais de participação a serem alienados pelos acionistas vendedores. Não obstante, em todo e qualquer caso, independentemente do percentual de ações a ser alienado pelos acionistas vendedores, as Ações a serem alienadas pelo Participante não poderão ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total de suas Ações. As Ações detidas pelo Participante que não forem alienadas no contexto de Oferta Secundária, conforme as regras aqui estipuladas, permanecerão objeto da restrição acima estipulada (i.e., regra de Lock-up); e
- Antecipação do Vesting de Opções: as Opções que não estiverem Vested após decorridos 2 (dois) anos a contar do IPO, serão os seus respectivos Vestings



antecipados quando transcorridos 2 (dois) anos a contar da realização do IPO e, a partir de então, poderão ser exercidas por um período de 24 (vinte e quatro) meses, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

12. OPÇÕES DE COMPRA E VENDA SUBSEQUENTES

12.1. A critério do Comitê de Gestão, os Contratos poderão adotar e estipular opções de compra, pela Companhia, de Ações detidas pelos Participantes, bem como opções de venda exercíveis pelos Participantes, conforme preço e critérios definidos nos respectivos Contratos. Para todos os fins e efeitos de direito, o Comitê de Gestão deve ser considerado empossado de todos os poderes necessários para estipular, nos respectivos Contratos, as opções de compra e outorga de opção de venda ora em referência, conforme critérios, parâmetros e preço que entender aplicáveis.

13. NÃO-VINCULAÇÃO

13.1. Este Primeiro Plano constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e os Participantes, sejam eles administradores ou empregados.

14. NÃO INTERFERÊNCIA NA RELAÇÃO DE EMPREGO, MANDATO OU CONTRATUAL

14.1. Nenhuma disposição deste Primeiro Plano poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes empregados, além daqueles inerentes às Opções, cuja natureza é exclusivamente civil, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregados, nem interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia ou da respectiva Afiliada, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante.

14.2. Nenhuma disposição deste Primeiro Plano conferirá, ainda, a qualquer administrador Participante direitos concernentes à sua permanência no seu respectivo cargo, ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia ou da respectiva Afiliada em destitui-lo, nem assegurará o direito à sua reeleição para o cargo.

14.3. As Opções poderão ser outorgadas pelo Comitê de Gestão aos Participantes sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre eles, mesmo que se encontrem em situações funcionalmente similares. As Opções outorgadas nos termos deste Primeiro Plano, bem como o seu exercício pelos Participantes, não terão qualquer relação nem estarão vinculadas à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros.

15. DESLIGAMENTO

15.1. Nas hipóteses de desligamento do Participante por demissão ou destituição, com ou sem justa causa, ou aposentadoria, os direitos a ele conferidos de acordo com o Contrato poderão ser extintos ou modificados, observando o disposto a seguir.

15.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência do Primeiro Plano, o Participante:

- (a) desligar-se da Companhia ou de sua respectiva Afiliada voluntariamente, seja pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador ou em decorrência de aposentadoria facultativa ou

compulsória: (i) as Opções que ainda não sejam exercíveis na data do seu desligamento ("Opções Non-Vested") restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções já exercíveis na data do seu desligamento ("Opções Vested") poderão ser exercidas, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(b) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), sem justa causa: (i) as Opções Non-Vested restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Vested poderão ser exercidas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e

(c) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo por justa causa, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Vested ou Non-Vested, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, sem prejuízo de eventual exercício pela Companhia de direito de recompra das Ações detidas por tal Participante, nos termos do Contrato.

15.3. Para fins do presente Primeiro Plano, o termo "**justa causa**" significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia ou sua respectiva Afiliada por justa causa, (i) nas hipóteses previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Participantes que sejam empregados da Companhia ou de sua respectiva Afiliada e, (ii) no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não-empregados, nas seguintes hipóteses: (a) desídia do Participante no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; (b) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (c) a prática, pelo Participante, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas Afiliadas; (d) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Participante e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus sócios, ou de quaisquer Afiliadas, desde que devidamente comprovado; (e) descumprimento material do Estatuto Social da Companhia ou dos documentos societários de sua respectiva Afiliada, Código de Conduta e demais disposições corporativas ou societárias aplicáveis ao Participante, como administrador; e (f) descumprimento das obrigações previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, aplicável aos administradores de sociedades anônimas, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas nos artigos 153 a 157 da referida Lei.

16. FALECIMENTO E INVALIDEZ PERMANENTE

16.1. Na hipótese de falecimento ou invalidez permanente do Participante, os direitos decorrentes das Opções estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores e as Opções poderão ser exercidas observadas as seguintes disposições:

(a) as Opções Non-Vested passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de existência para que possam ser exercidas pelos

Participantes ou pelos herdeiros ou sucessores do Participante, conforme for o caso, por um período de 1 (um) ano a contar da data do óbito ou desligamento por invalidez permanente; e

(b) as Opções Vested na data do óbito ou desligamento por invalidez permanente permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas por um período de 36 (trinta e seis) meses, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, observados os termos e condições do Contrato.

17. DELIMITAÇÃO DOS DIREITOS DO PARTICIPANTE

17.1. Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até a data do efetivo exercício das Opções e consequente subscrição ou aquisição, conforme o caso, de Ações representativas do capital social da Companhia. Nenhuma Ação será entregue a um Participante em decorrência do exercício da Opção a não ser que todas as exigências legais, contratuais e regulamentares aplicáveis tenham sido integralmente cumpridas.

17.2. As Ações adquiridas em razão do exercício de Opção nos termos deste Primeiro Plano terão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvado se de outra forma estabelecido neste Primeiro Plano, no Programa ou no Contrato.

18. DATA DE VIGÊNCIA E TÉRMINO DO PRIMEIRO PLANO

18.1. O Primeiro Plano entrará em vigor na data da sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

18.2. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Primeiro Plano, nos Programas ou nos Contratos, as Opções outorgadas nos termos deste Primeiro Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (c) mediante o seu exercício integral;
- (d) após o decurso dos prazos aplicáveis para exercício das Opções, conforme aplicável; ou
- (e) mediante o distrato do Contrato, por qualquer motivo.

18.3. A outorga de Opções nos termos do Primeiro Plano não impedirá qualquer operação envolvendo, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, as Ações da Companhia (incluindo, sem limitação, operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão, ou transferência de participação acionária na Companhia, com ou sem a troca do controle, ou, ainda, a efetivação do IPO da Companhia), bem como não dependerá de qualquer posterior anuência de qualquer Participante a efetivação de referidas operações.

19. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

19.1. Obrigações Complementares. Além das obrigações assumidas no Contrato, as partes obrigam-se plena e integralmente ao cumprimento das condições integrantes deste



Primeiro Plano e de seus documentos complementares, sendo certo que nenhum dos documentos referidos nesta Cláusula 19.1 poderá conflitar com o disposto neste Primeiro Plano e nas AGs. A assinatura do Contrato implicará a expressa aceitação de todos os termos do Primeiro Plano e do Contrato pelo Participante.

19.2. Mandato. Para perfeita execução do disposto neste Primeiro Plano e no Contrato, os Participantes nomearão e constituirão, no Contrato, a Companhia como sua bastante procuradora, em caráter irrevogável e irretratável, conferindo-lhe poderes para assinar todos os atos necessários para o cumprimento deste Primeiro Plano, Programas e Contratos, inclusive o de substabelecer. Referida cláusula de mandato não representará qualquer obrigação, dever ou atribuição da Companhia de exercer as Opções ou praticar qualquer ato para assegurar o exercício das Opções outorgadas aos Participantes.

19.3. Tratamentos Específicos. O Comitê de Gestão poderá ainda estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Primeiro Plano, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes, nem os princípios básicos do Primeiro Plano e das AGs. Tal tratamento particular não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

19.4. Alterações Legais. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra de ações poderá levar à sua adequação, conforme proposta do Comitê de Gestão, *ad referendum* da Assembleia Geral, devendo entretanto, sempre que juridicamente possível, serem respeitados os princípios básicos do Primeiro Plano e das AGs.

19.5. Submissão de Assuntos à Assembleia Geral. A aprovação de todos e quaisquer assuntos relativos ao Primeiro Plano que sejam submetidos à análise da Assembleia Geral da Companhia deverá observar as disposições de Acordo de Acionistas da Companhia (não sendo as AGs consideradas como aprovação já concedida para tais assuntos).

19.6. Conflito. Em caso de qualquer conflito entre este Primeiro Plano de um lado, e, de outro lado, qualquer Programa a ele relativo, qualquer Contrato a ele relativo ou qualquer endereçamento dado pelo Comitê de Gestão, o disposto neste Primeiro Plano sempre deverá prevalecer.

19.7. Averbação. O texto do Contrato será averbado à margem dos registros societários da Companhia e perante a instituição custodiante das Ações da Companhia (se houver), para todos os fins do artigo 118 da Lei nº 6.404/76.

19.8. Foro. Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias que possam surgir com relação ao Primeiro Plano.

19.9. Os casos omissos serão regulados pelo Comitê de Gestão, observados os princípios básicos constantes do Primeiro Plano e das AGs.

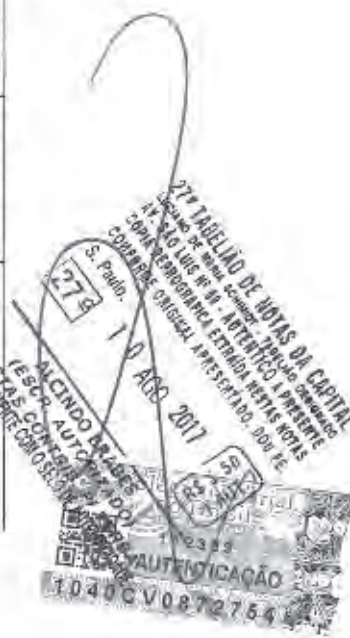
Certificamos que o texto acima constitui a íntegra do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Embraer Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S/A realizada em 7 de junho de 2017, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2017 em junho de 2017.



ANEXO A ao PRIMEIRO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

(Conforme alterado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de junho de 2017)

OUTORGA	DATA	TOTAL DE OPÇÕES	VESTING EM 14/07/2014	VESTING EM 14/07/2015	VESTING EM 14/07/2016	VESTING EM 14/07/2017	VESTING EM 14/07/2018	VESTING EM 14/07/2019	VESTING EM 14/07/2020
1ª	2014	54.663	18.660	18.660	17.343	-	-	-	-
2ª	2015	8.824	-	-	2.642	2.644	2.644	446	448
3ª	2017	1.228	-	-	-	1.228	-	-	-
TOTAL		64.715	18.660	18.660	19.985	3.872	2.644	446	448



[Handwritten signature]

ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES – PRIMEIRO PLANO

Pelo presente instrumento particular, as partes, de um lado:

(1) **BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S/A**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 161, Conj. 1.403, parte, sala B, Alphaville, CEP 06454-000 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.574.594/0001-96, doravante denominada "**Companhia**";

E, de outro lado,

(2) [**PARTICIPANTE**], brasileiro, [estado civil], [profissão], portador[a] da Cédula de Identidade RG nº [•] [emissão] e inscrito[a] no CPF/MF sob o nº [•], residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 161, Conjunto 1.403, parte, sala B, Alphaville, CEP 06454-000, doravante denominado "**Participante**";

(ambos doravante designados, isoladamente ou em conjunto, "**Parte**" ou "**Partes**"),

CONSIDERANDO QUE:

(A) o Participante foi indicado pelo Comitê de Gestão do Primeiro Plano ("**Comitê de Gestão**") para receber [•] ([•]) opções de compra de ações ordinárias da Companhia, divididas em 3[•] ([•]) lotes anuais, nos termos do Primeiro Plano ("**Opções**") no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, em 7 de julho de 2014, conforme aditado, que integra o **Anexo A** deste instrumento ("**Primeiro Plano**");

(B) em [•] o Participante e a Companhia assinaram o Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações ("**Contrato de Opção**" ou "**Contrato**") no âmbito do Primeiro Plano;

(C) as Partes desejam aditar determinados termos e condições do Contrato de Opção de forma a adequá-lo às modificações implementadas ao Primeiro Plano, em particular a exclusão do Termo da Opção previsto na redação original da Cláusula 3.1;

RESOLVEM, de mútuo e comum acordo, celebrar o presente Aditamento ao Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações ("**Aditamento**"), que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. DEFINIÇÕES

1.1. Definições. Todos os termos constantes deste Aditamento iniciados em letra maiúscula e não expressamente aqui definidos terão o significado a eles atribuído no Contrato. Para fins de esclarecimento (i) quaisquer referências ao "Contrato" deverão ser lidas como se referindo ao Contrato e ao presente Aditamento conjuntamente; e (ii) quaisquer referências ao "Plano" deverão ser lidas como se referindo ao Primeiro Plano, conforme alterado.

2. MODIFICAÇÕES NO CONTRATO

2.1. Aditamento. As Partes aditam a Cláusula 4, 1.5, 2.1, 2.2, 2.4, 3.1, 3.4, 4.1, 5.1, 6.1, 6.2 e suas subcláusulas, 8.1 e suas subcláusulas, 9.2

e suas subcláusulas, 9.3, 10.1 e suas subcláusulas, 11.1 e suas subcláusulas, 11.2, 12.5 e 12.6 do Contrato, que passam a vigorar com nova redação abaixo; **(b)** excluem e tornam sem efeito a Cláusula 4.2 e suas subcláusulas, sem que haja qualquer renumeração das demais Cláusulas do Contrato; e **(c)** atualizam os Anexos A e B do Contrato, conforme **Anexo I** a este Aditamento:

"Cláusula 1.1. Sujeito aos termos e condições previstos neste Contrato de Opção e no Primeiro Plano, a Companhia, neste ato, outorga ao Participante as Opções, que garantem ao Participante o direito de, a seu critério e sujeito ao disposto no Primeiro Plano e neste Contrato, adquirir até [•] ([•]) ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia, conforme indicado pelo Comitê de Gestão ("Ações").

"Cláusula 1.4. O Participante, neste ato, recebe e aceita as Opções e adere, em caráter irrevogável e irretratável, ao Primeiro Plano. O Participante declara e reconhece ter pleno conhecimento do conteúdo do Primeiro Plano e está integralmente de acordo com todos os seus termos e condições. Em caso de omissão deste Contrato em relação a um assunto, prevalecerão as disposições do Primeiro Plano acerca do assunto em questão ou, conforme e se aplicável, o endereçamento dado ao assunto pelo Comitê de Gestão. Entretanto, em caso de conflito entre este Contrato e/ou o endereçamento dado ao assunto pelo Comitê de Gestão de um lado e, de outro lado, pelo Primeiro Plano, o Primeiro Plano sempre prevalecerá."

"Cláusula 1.5. Caberá à Companhia, por decisão do seu Comitê de Gestão, definir se as Ações serão adquiridas pelo Participante mediante a subscrição por tal Participante de novas Ações a serem emitidas pela Companhia dentro do limite de seu capital autorizado ou mediante a compra e venda de Ações mantidas em tesouraria que tenham sido emitidas ou adquiridas em função do Primeiro Plano, observada a regulamentação em vigor à época do exercício das Opções."

"Cláusula 2.1. O Preço de exercício das Opções será de R\$ 800,51 (oitocentos reais e cinquenta e um centavos) por Ação, a ser corrigida desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE ("IPCA"), mais 5,0% (cinco por cento) ao ano, até a data do efetivo pagamento ("Preço de Exercício")."

"Cláusula 2.2. O Participante adquirirá e fará jus ao direito de exercer as suas Opções em lotes, conforme disposto na Cláusula 3.1 e demais condições descritas no presente Contrato e no Primeiro Plano."

Cláusula 2.4. Enquanto não forem exercidas e convertidas em Ações, as Opções não farão jus a dividendos, juros sobre capital próprio ou recebimento de valores a título de redução de capital ou bonificação, dentre outros. Da mesma forma, enquanto não forem exercidas e convertidas em Ações, as Opções não terão direito de voto ou qualquer outro direito patrimonial ou político na Companhia, observado, entretanto, o disposto em Acordo de Acionistas da Companhia."

"Cláusula 3.1. O Participante adquirirá e fará jus ao direito de exercer o primeiro lote de suas Opções a partir de [•] ("Lote Inicial" ou "Vesting Inicial", conforme aplicável), sendo os demais lotes exercíveis de forma sucessiva a partir das datas indicadas no Anexo B ("Lotes Subsequentes" ou "Vestings Subsequentes", conforme aplicável), sendo certo que para os fins deste Contrato será considerado "Período de Vesting", em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos indicados no Anexo B. Exceto conforme disposto neste Contrato e no Primeiro Plano, as Opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes não expirarão e poderão ser exercidas pelo Participante a qualquer tempo após o respectivo Vesting observado, porém, a disposição nas Cláusulas 6, 7, 9, 10 e 11 deste Contrato e sem prejuízo do Primeiro Plano, o Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o Período de Vesting de parte ou da totalidade dos lotes das Opções do Participante."

"Cláusula 3.4. Em caso de exercício de Opções, a Companhia deverá informar por escrito ao Participante: (i) o valor por Ação e o valor total que deverá ser pago por ele para aquisição das Ações objeto das Opções por ele exercidas, juntamente com a respectiva memória de cálculo; e (ii) a data em que tais Ações passarão para a titularidade do Participante, devendo o Participante integralizar ou pagar o Preço de Exercício correspondente à Companhia assim que passar a ser titular dessas ou em outra data conforme venha a ser estabelecido pelo Comitê de Gestão, sendo certo que em qualquer destas hipóteses tal pagamento deverá se dar em moeda corrente nacional no país, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia por esta informada."

"Cláusula 4.1. Em contrapartida ao exercício das Opções e até a data assim informada pela Companhia nos termos da Cláusula 3.4 acima, o Participante deverá pagar à Companhia o Preço de Exercício: (i) a título de integralização das Ações subscritas, quando o exercício se der através de aumento de capital, ou (ii) a título de pagamento do preço de aquisição, quando o exercício se der através da aquisição de Ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O pagamento do Preço de Exercício deverá sempre se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia, conforme por esta indicado, observado, contudo, o disposto na Cláusula 4.3."

"Cláusula 4.2. e Subcláusulas 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3: Intencionalmente excluídas."

"Cláusula 5.1. As Ações de titularidade do Participante, quando este se desligar da Companhia ou de sua respectiva Afiliada voluntariamente ou mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), com ou sem justa causa (qualquer um desses eventos, "**Eventos de Desligamento**"), incluindo as Ações que à época forem de titularidade do Participante, bem como aquelas que venham a ser adquiridas em função do exercício das respectivas Opções Vested, nos termos dos itens (a) e (b) da Cláusula 9.2, não poderão ser alienadas, cedidas ou transferidas pelo Participante, a qualquer título, para qualquer pessoa ou terceiro, a partir da data de comunicação acerca do Evento de Desligamento e durante o período de 1 (um) ano a contar da formalização de tal Evento de Desligamento – "**Prazo de Lock Up**".

"Cláusula 6.1. Alteração do Poder de Controle. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.2, o Vesting Inicial e os Vestings Subsequentes poderão ser integralmente antecipados no caso de alienação onerosa de ações de emissão da Companhia que implique a perda dos direitos políticos ou a limitação material dos poderes de controle na Companhia, tal como atualmente detidos e exercidos pela Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações – um fundo de investimento em participações registrado perante a Comissão de Valores Mobiliários, administrado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. ("**Vinci Capital**").

"Cláusula 6.2. (...)

(i) (i) poderá exercer as suas Opções e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das Ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas Opções. Caso o Participante opte por não exercer a totalidade de suas Opções, as Opções restantes deverão ser exercidas em até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de ocorrência da hipótese prevista na Cláusula 6.1, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; ou

(ii) se assim demandado pela Companhia, deverá exercer a totalidade de suas Opções ainda não exercidas e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das Ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas Opções.

"Cláusula 6.3. Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia ("IPO"). (...)

(...)

- Antecipação do Vesting de Opções que não estiverem Vested após decorridos



2 (dois) anos a contar do IPO, terão os seus respectivos Vestings antecipados quando transcorridos 2 (dois) anos a contar da realização do IPO e, a partir de então, poderão ser exercidas por um período de 36 (trinta e seis) meses, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização."

"Cláusula 8.1. Caso em 14 de julho de 2021 a Companhia seja uma sociedade anônima fechada (i.e., sem ações listadas em mercados de valores mobiliários), aplicar-se-ão os seguintes dispositivos:

8.1.1. Opção de Venda Subsequente do Participante. Após transcorrido o prazo indicado na Cláusula 8.1, o Participante terá o direito, mas não a obrigação, de vender à Companhia a totalidade, e não menos que a totalidade, das Ações por ele adquiridas em função do exercício das Opções ora outorgadas ("**Opção de Venda**"). A Opção de Venda poderá ser exercida pelo Participante a qualquer tempo pelo prazo de até 6 (seis) meses a partir do fim do prazo indicado na Cláusula 8.1. A Opção de Venda somente será considerada exercida mediante o recebimento, pela Companhia, de notificação escrita enviada pelo Participante. O preço da Opção de Venda será calculado conforme a fórmula prevista na Cláusula 8.2 e deverá ser pago em 3 (três) parcelas, corrigidas anualmente pela variação do CDI desde a data da venda objeto do exercício da Opção de Venda até a data de pagamento da respectiva parcela. A compra e venda objeto da Opção de Venda, observada a forma de pagamento aqui estabelecida, ocorrerá em não mais do que 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento, pela Companhia, da notificação de exercício da Opção de Venda enviada pelo Participante. Se a Companhia, por qualquer motivo, não puder adquirir as Ações (inclusive na eventualidade de a Companhia não se enquadrar nos requisitos legais e regulamentares aplicáveis para adquirir as ações de sua própria emissão), a Companhia deverá necessariamente fazer com que terceiro(s) de sua escolha adquira(m) as Ações do Participante objeto da Opção de Venda, pelo preço e observados os termos e condições estabelecidos acima. Para todos os fins e efeitos legais, a Companhia e o Participante neste ato reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, que a presente Cláusula constitui e deve ser interpretada como a própria outorga da Opção de Venda pela Companhia ao Participante, independentemente de qualquer outro documento para fins de sua validade e aplicabilidade nas condições aqui previstas.

8.1.2. Opção de Compra Subsequente da Companhia. Após transcorrido o prazo indicado na Cláusula 8.1, a Companhia terá o direito, mas não a obrigação, de adquirir do Participante a totalidade, e não menos que a totalidade, das Ações por ele adquiridas em função do exercício das Opções ora outorgadas ("**Opção de Compra**"). A Opção de Compra poderá ser exercida pela Companhia a qualquer tempo pelo prazo de até 6 (seis) meses a partir do fim do prazo indicado na Cláusula 8.1. A Opção de Compra somente será considerada exercida mediante o recebimento, pelo Participante, de notificação escrita enviada pela Companhia. O preço da Opção de Compra será calculado conforme a fórmula prevista na Cláusula 8.2 e deverá ser pago em 3 (três) parcelas, corrigidas anualmente pela variação do CDI desde a data da compra objeto do exercício da Opção de Compra. A compra e venda objeto da Opção de Compra, observada a forma de pagamento aqui estabelecida, ocorrerá em não mais do que 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento, pelo Participante, da notificação de exercício da Opção de Compra enviada pela Companhia. Se a Companhia, por qualquer motivo, não puder adquirir as Ações (inclusive na eventualidade de a Companhia não se enquadrar nos requisitos legais e regulamentares aplicáveis para adquirir as ações de sua própria emissão), a Companhia poderá ceder sua Opção de Compra a terceiro(s) de sua escolha, que poderá adquirir as Ações do Participante objeto da Opção de Compra, pelo preço e observados os termos e condições estabelecidos acima. Para todos os fins e efeitos legais, a Companhia e o Participante neste ato reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, que a presente Cláusula constitui e deve ser interpretada como a



própria outorga da Opção de Compra pelo Participante à Companhia, independentemente de qualquer outro documento para fins de sua validade e aplicabilidade nas condições aqui previstas.

"Cláusula 9.2. (...)

(a) desligar-se da Companhia ou de sua respectiva Afiliada voluntariamente, seja pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador ou em decorrência de pedido de aposentadoria facultativa ou compulsória: (i) as Opções que ainda não sejam exercíveis na data do seu desligamento ("**Opções Non-Vested**") restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções já exercíveis na data do seu desligamento ("**Opções Vested**") poderão ser exercidas, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(b) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), sem justa causa, (i) as Opções Non-Vested restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Vested poderão ser exercidas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e

(c) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo por justa causa, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Vested ou Non-Vested, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, nos termos deste Contrato."

"Cláusula 9.3. Para fins deste Contrato, o termo "justa causa" significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia ou a respectiva Afiliada por justa causa, (i) nas hipóteses previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Participantes que sejam empregados da Companhia ou de sua respectiva Afiliada e, (ii) no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não-empregados, nas seguintes hipóteses: (a) desídia do Participante no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; (b) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (c) a prática, pelo Participante, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas Afiliadas; (d) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Participante e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus sócios, ou de quaisquer Afiliadas, desde que devidamente comprovado; (e) descumprimento material do Estatuto Social da Companhia ou dos documentos societários de sua respectiva Afiliada, Código de Conduta e demais disposições corporativas ou societárias aplicáveis ao Participante, como administrador; e (f) descumprimento das obrigações previstas na Lei n.º 6.404/76, conforme alterada, aplicável aos administradores de sociedades anônimas, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas nos artigos 153 a 157 da referida Lei."

"Cláusula 10.1. (...)

(...)

(b) as Opções Vested na data do dolo ou desligamento por invalidez permanente permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas por um período de 36 (trinta e seis) meses, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, observados os termos das condições do Contrato."

"Cláusula 11.1. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Primeiro Plano ou neste Contrato de Opção, as Opções extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

(...)

(b) após o decurso dos prazos aplicáveis para exercício das Opções, conforme aplicável; ou

(...)

"Cláusula 11.2. A outorga de Opções nos termos do Primeiro Plano não impedirá qualquer operação envolvendo, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, as Ações da Companhia (incluindo, sem limitação, operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão, ou transferência de participação acionária na Companhia, com ou sem a troca do controle ou, ainda, a efetivação do IPO da Companhia) bem como não dependerá de prévia ou posterior anuência de qualquer Participante a efetivação de referidas operações"

"Cláusula 12.5. As obrigações ora assumidas no presente Contrato de Opção estarão sujeitas a execução específica conforme os artigos 497, 499, 500, 501, 536, 537, 806 e 815 do Código de Processo Civil Brasileiro."

"Cláusula 12.6. Mandato. Para perfeita execução do disposto neste Contrato de Opção, o Participante nomeia e constitui, para todos os fins de direito, a Companhia como sua bastante procuradora, em caráter irrevogável e irretratável, conferindo-lhe poderes para assinar todos os atos necessários para o cumprimento deste Contrato, inclusive o de substabelecer. As Partes ora declaram e reconhecem que esta cláusula de mandato não representa qualquer obrigação, dever ou atribuição da Companhia de exercer o direito de preferência acima previsto ou as Opções ou praticar qualquer ato para assegurar o exercício das Opções outorgadas ao Participante."

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Ratificação do Contrato. As Partes ratificam todas as disposições do Contrato que não tenham sido expressamente modificadas neste Aditamento, as quais permanecerão em pleno vigor.

4. RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

4.1. Lei Aplicável. O presente Aditamento será exclusivamente regido, interpretado e executado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

4.2. Procedimentos de Resolução de Controvérsia. Qualquer controvérsia entre as Partes oriundas deste Aditamento deverá ser dirimida conforme o mecanismo de solução de controvérsias estabelecido na Cláusula 12.8 do Contrato, sem exceção.

As Partes e os Intervenientes-Anuentes assinam o presente Aditamento em 2 (duas) vias.

Barueri, [•] de [•] de 2017.



27
ESPAÇO NÃO
PREENCHIDO

27
ESPAÇO NÃO
PREENCHIDO

BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A
RESTAURANTES S/A

[PARTICIPANTE]

Por:

Testemunhas:

1.

Nome:
RG:
CPF/MF:

27
ESPAÇO NÃO
PREENCHIDO

2.

Nome:
RG:
CPF/MF:

27
ESPAÇO NÃO
PREENCHIDO



X

S P e

**ANEXO A do ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE
OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES – PRIMEIRO PLANO**

Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações



X

S P P

**ANEXO B do ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE
OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES – PRIMEIRO PLANO**

Lotes e Períodos Vesting

Lote	Períodos de Vesting

- **Vesting:** momento no qual o Participante adquire e passa a fazer jus ao direito de exercer as Opções objeto do respectivo lote.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

SEGUNDO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

(aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S/A realizada em 22 de junho de 2017)

1. OBJETIVOS DO SEGUNDO PLANO

1.1. O presente Segundo Plano de Opção de Compra de Ações ("**Segundo Plano**") tem por objeto a outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações preferenciais ("**Ações**") de emissão da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. ("**Companhia**"), conforme indicado pelo Comitê de Gestão, observado, entretanto, o disposto na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia acima referida ("**AG**") e neste Segundo Plano (sendo certo que a emissão de ações preferenciais, a respectiva quantidade e a definição dos respectivos direitos/privilégios e características, dependerão de nova aprovação específica em Assembleia Geral da Companhia, observado o disposto em Acordo de Acionistas da Companhia), a determinados membros da administração e empregados da Companhia e de suas controladas ou coligadas, direta ou indiretamente ("**Afiladas**"), com o objetivo de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo a determinados membros da administração e empregados da Companhia e/ou de suas Afiladas adquirir as Ações, nos termos, condições e modo previstos neste Segundo Plano, incentivando desta forma a integração dos mesmos à Companhia e o alinhamento dos interesses desses administradores e empregados com os interesses dos acionistas da Companhia.

2. OPÇÃO

2.1. Cada opção de compra de ação atribui ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) Ação de emissão da Companhia, estritamente nos termos e condições estabelecidos neste Segundo Plano ("**Opção**" / "**Opções**").

2.2. A outorga das Opções constitui mera expectativa de direito dos Participantes, que podem vir a ter o direito de receber as Ações mediante a verificação de todos os requisitos e procedimentos estabelecidos neste Segundo Plano e no respectivo Programa (aprovado em reunião do conselho de administração da Companhia) e Contrato. Até que se dê a satisfação de todos esses requisitos (dentre os quais se incluem, entre outros, o pagamento do Preço de Exercício e o cumprimento do período de Vesting), não haverá qualquer dever da Companhia de entregar Ações de sua emissão aos Participantes.

3. GESTÃO DO SEGUNDO PLANO

3.1. O Segundo Plano será gerido pelo Comitê de Gestão, o qual será formado por 3 (três) membros eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia ("**Comitê de Gestão**"). Exceto pelos membros do Comitê de Gestão que forem Diretores da Companhia (e, portanto, poderão participar deste Segundo Plano), os demais membros do Comitê de Gestão não poderão receber Opções.

3.2. O Comitê de Gestão poderá estabelecer termos e/ou condições precedentes, bem como regras específicas, aplicáveis a um ou mais Participantes, para o exercício das Opções, prazo de Vesting, antecipação do prazo de Vesting, antecipação e/ou prorrogação do prazo para exercício das Opções, dentre outros, observado o disposto na AG e neste Segundo Plano. O Comitê de Gestão, respeitando o disposto na AG, neste Segundo Plano e no



Contrato, poderá determinar restrições adicionais à transferência das Ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação de Ações pelo Participante.

3.3. O Comitê de Gestão poderá especificar ou delimitar as condições estabelecidas neste Segundo Plano, conforme acima estabelecido, ou de outra forma desde que não altere os princípios básicos e o disposto neste Segundo Plano e na AG.

4. DEFINIÇÃO DOS PROGRAMAS

4.1. O Comitê de Gestão poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("**Programas**"), nos quais serão definidos **(i)** os termos e as condições de cada outorga de Opções, **(ii)** as pessoas às quais as Opções serão concedidas ("**Participantes**"), **(iii)** o número, o percentual e a espécie de Ações da Companhia que os Participantes terão direito de subscrever com o exercício da Opção, **(iv)** os prazos (mínimo e máximo) para o exercício da Opção, **(v)** o eventual escalonamento das Opções concedidas em lotes sujeitos a prazos mínimos, e **(vi)** quaisquer restrições às Ações recebidas pelo exercício de Opções e disposições sobre penalidades eventualmente aplicáveis, observadas as linhas básicas estabelecidas neste Segundo Plano e na AG.

4.2. As regras de cada Programa deverão constar, ser anexadas ou estar refletidas no Contrato de Outorga de Opções de Compra de Ações e Outras Avenças ("**Contrato**"), a ser firmado entre a Companhia e cada Participante.

4.3. Os Contratos serão individualmente elaborados para cada Participante, podendo o Comitê de Gestão estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato, dentro dos limites gerais fixados pelo Segundo Plano, pela AG e pelo respectivo Programa.

5. PARTICIPANTES DO SEGUNDO PLANO

5.1. Os membros da administração e empregados da Companhia e de suas Afiliadas são elegíveis ao Segundo Plano (exceto os membros do Comitê de Gestão que não forem Diretores da Companhia). O Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, definir os níveis de empregados elegíveis ao Segundo Plano, bem como ampliar a abrangência do Segundo Plano para outros níveis de cargo de empregados, quando da criação de cada Programa.

5.2. Em cada Programa, o Comitê de Gestão indicará os Participantes aos quais serão oferecidas Opções. A indicação de determinados Participantes em determinado Programa não lhes confere o direito de serem indicados como Participantes em qualquer Programa futuro.

5.3. Os Participantes que tiverem interesse em participar do Programa para o qual foram designados e receber as Opções deverão firmar o competente Termo de Adesão e o respectivo Contrato, no prazo fixado em cada Programa.

5.4. As Opções objeto do Segundo Plano serão outorgadas aos Participantes em caráter personalíssimo, não podendo ser oneradas, alienadas, cedidas ou transferidas, direta ou indiretamente, a terceiros, mesmo que por sucessão, separação ou divórcio, exceto se de outra forma aqui e no Contrato estabelecido e desde que observados os dispositivos expressamente previstos neste Segundo Plano, na AG e no respectivo Contrato.



5.5. Os Participantes indicados para participação neste Segundo Plano que também participam do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 7 de julho de 2014, conforme aditado ("Primeiro Plano") não poderão exercer ou integralizar nenhuma Opção outorgada no âmbito deste Segundo Plano antes de exercerem e integralizarem a totalidade, e não menos que a totalidade, das opções outorgadas no âmbito do Primeiro Plano, mesmo na hipótese de ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nas Cláusulas 11, 15 e 16.

6. DISTRIBUIÇÃO ENTRE PARTICIPANTES

6.1. A distribuição das Opções entre os Participantes, incluindo a definição dos Participantes e os níveis de concessão fixados em termos de quantidade de Opções de cada Programa, será decidido pelo Comitê de Gestão, a seu exclusivo critério.

6.2. O Comitê de Gestão procederá ao rateio das Opções após avaliar a quantidade de Ações que farão parte de cada Programa e o número de Participantes determinados. O rateio não será, necessariamente, igual para cada Participante, nem por equidade ou equiparação, nem dividido *pro rata*, sendo fixado caso a caso, a exclusivo critério do Comitê de Gestão, sendo certo que nem todas as Opções deverão ser necessariamente distribuídas.

7. LIMITE QUANTITATIVO

7.1. O Segundo Plano estará limitado a um número máximo de 25.244 (vinte e cinco mil, duzentas e quarenta e quatro) Opções, cujo respectivo número de Ações, se exercidas as Opções, corresponderia a 1,584% (um ponto quinhentos e oitenta e quatro por cento) do capital social da Companhia em 22 de junho de 2017, sendo vedado o aumento do número de Ações com exceção de casos de desdobramento ou grupamento de Ações de emissão da Companhia, ocasião em que o número máximo de Opções que poderão ser outorgadas nos termos deste Segundo Plano deverá ser ajustado à mesma razão do grupamento ou desdobramento em questão, conforme for o caso.

7.2. Exercida a Opção, o Comitê de Gestão definirá se o capital social da Companhia deverá ser aumentado mediante a emissão de novas Ações a serem subscritas e integralizadas pelos Participantes, de acordo com o art. 166, inciso III, da Lei nº 6.404/76, ou se o exercício das Opções se dará através da alienação pela Companhia de Ações mantidas em tesouraria, observado o disposto na regulamentação aplicável.

7.3. Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de Opções de acordo com este Segundo Plano, em conformidade com o disposto no art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

8. PREÇO DE EXERCÍCIO

8.1. O preço de exercício das Opções a ser pago pelos Participantes quando da integralização ou aquisição das Ações, conforme o caso, será de R\$ 647,96 (seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos), a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE ("IPCA"), até a data do efetivo pagamento ("Preço de Exercício"). Qualquer alteração do Preço de Exercício deverá ser aprovada pela Assembleia Geral da Companhia, observado o disposto em Acordo de Acionistas da Companhia.

8.2. Enquanto não forem exercidas e convertidas em Ações, as Opções não farão jus a dividendos, juros sobre capital próprio ou recebimento de valores a título de redução de capital ou bonificação, dentre outros. Da mesma forma, enquanto não forem exercidas e convertidas em Ações, as Opções não terão direito de voto ou qualquer outro direito patrimonial ou político na Companhia.

8.3. O Preço de Exercício será ajustado a menor no mesmo montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio por ação que venham a ser pagos pela Companhia a partir da data de celebração do Contrato com o Participante e até a data do exercício das Opções, bem como será ajustado a menor o Preço de Exercício no mesmo montante pago por ação a título de redução de capital sempre que tal redução não ocorrer através do cancelamento de ações, observado, entretanto, o disposto em Acordo de Acionistas da Companhia.

9. VESTING E EXERCÍCIO DAS OPÇÕES

9.1. Sob este Segundo Plano, e exceto se de outra forma objeto de ajuste pelo Comitê de Gestão, o primeiro lote de Opções poderá ser exercido a partir de 14 de julho de 2017 ("**Lote Inicial**" ou "**Vesting Inicial**", conforme aplicável), sendo o direito de exercer os demais lotes adquirido de forma sucessiva a partir das datas indicadas no **Anexo A** ao presente Segundo Plano ("**Lotes Subsequentes**" ou "**Vestings Subsequentes**", conforme aplicável), sendo que, para fins deste Segundo Plano, será considerado "**Período de Vesting**", em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos indicados no **Anexo A**. Exceto conforme disposto neste Segundo Plano, as Opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes não expirarão e poderão ser exercidas a qualquer tempo após o respectivo Vesting observado, porém, o disposto nas Cláusulas 11, 15, 16 e 18 deste Segundo Plano. As Opções que já tenham passado pelo Período de Vesting ora referido, serão doravante denominadas "**Opções Vested**". Sem prejuízo, e conforme acima estabelecido, o Comitê de Gestão poderá, em cada Programa ou Contrato individual, estabelecer condições diversas de Vesting, que poderão ser aplicáveis também caso não tenha ocorrido evento de liquidez (i.e., oferta pública inicial de ações ou alienação de ações representativas de 50% mais 1 ação de emissão da Companhia), sem prejuízo, entretanto, do disposto na Cláusula 5.5 acima.

9.2. O Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o Período de Vesting das Opções dos Participantes, sem prejuízo, entretanto, do disposto na Cláusula 5.5 acima.

9.3. O Comitê de Gestão deverá estabelecer e divulgar períodos fixos para que o Participante possa exercer parte ou a totalidade das Opções a que tiver direito ("**Período de Oportunidade de Exercício**"). O Comitê de Gestão também poderá estabelecer, a qualquer tempo, restrições adicionais para o exercício das Opções em datas que antecedam a divulgação de fatos relevantes pela Companhia, incluindo, mas não se limitando a datas que antecedam o encerramento do exercício social e a publicação de demonstrações financeiras da Companhia, datas compreendidas entre decisões de aumento de capital, distribuição de dividendos, bonificação em ações, dobramento e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e outras datas nas quais considere recomendável a suspensão do exercício das Opções.



9.4. O Comitê de Gestão deverá manter os Participantes informados sobre os Períodos de Oportunidade de Exercício por ele estabelecidos. Durante um Período de Oportunidade de Exercício, o Participante que tiver interesse em exercer as Opções que já tiver direito deverá enviar ao Comitê de Gestão o competente Termo de Exercício de Opção (nos termos da minuta a ser anexada ao Contrato) devidamente preenchido e assinado pelo Participante.

9.5. Mediante exercício de Opções por um Participante, a Companhia deverá informar por escrito a tal Participante, conforme previsto no Contrato, **(i)** o valor por Ação e o valor total que deverá ser pago por ele para aquisição das Ações objeto das Opções por ele exercidas, juntamente com a respectiva memória de cálculo; e **(ii)** a data em que tais Ações passarão para a titularidade do Participante, devendo o Participante integralizar ou pagar o Preço de Exercício correspondente à Companhia até tal data ou em outra data conforme venha a ser estabelecido pelo Comitê de Gestão.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Em virtude do exercício da Opção e até a data assim informada pela Companhia nos termos da Cláusula 9.4 acima, o Participante deverá pagar à Companhia o Preço de Exercício determinado em cada Programa, conforme disposto acima, **(i)** a título de integralização das Ações subscritas, quando o exercício se der através de aumento de capital, ou **(ii)** a título de pagamento do preço de aquisição, quando o exercício se der através da aquisição de Ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O pagamento do Preço de Exercício deverá sempre se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia, conforme indicado por esta.

10.2. Os Participantes que não pagarem o Preço de Exercício nas condições previstas acima não receberão as Ações correspondentes e tais Opções exercidas e não pagas estarão imediatamente extintas e canceladas, para todos os fins. Sem prejuízo do disposto acima, ainda que o Comitê de Gestão autorize excepcionalmente a aquisição pelo Participante de Ações ainda não pagas, enquanto o Preço de Exercício a elas correspondente não for pago integralmente as Ações não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Comitê de Gestão, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Participante para com a Companhia.

10.3. Os Contratos poderão conter disposições expressas e específicas acerca da forma de pagamento das Ações pelos Participantes, bem como a utilização pelo Participante de parcela de sua participação nos lucros e resultados, bônus de desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável a que fizer jus, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes.

11. EVENTOS DE LIQUIDEZ

11.1. Alteração do Poder de Controle. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.2, o Vesting Inicial e os Vestings Subsequentes poderão ser integralmente antecipados no caso de alienação onerosa de ações de emissão da Companhia que implique a perda dos direitos políticos ou a limitação material dos poderes de controle na Companhia, tal como atualmente detidos e exercidos pelo Vinea Capital Partners L.P. e o Fundo de Investimento em Participações – um fundo de investimento em participações registrado perante a Comissão



de Valores Mobiliários, administrado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. ("Vinci Capital").

11.2. Na hipótese prevista na Cláusula 11.1, o Participante:

- (i) poderá exercer a suas Opções e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das Ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas Opções. Caso o Participante opte por não exercer a totalidade de suas Opções, as Opções restantes deverão ser exercidas em até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de ocorrência da hipótese prevista na Cláusula 11.1, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; ou
- (ii) se assim demandado pela Vinci Capital, deverá exercer a totalidade de suas Opções ainda não exercidas e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das Ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas Opções.

11.3. Na hipótese prevista na Cláusula 11.1, o Participante fará jus ao mesmo preço por ação auferido pelos acionistas vendedores e a forma de pagamento pela venda de suas ações seguirá a mesma regra e forma de pagamento aplicadas ao pagamento devido aos acionistas vendedores.

11.4. Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia – "IPO". Na hipótese de um IPO, que poderá consistir tanto na emissão de novas ações pela Companhia ("**Oferta Primária**") quanto na alienação de ações de emissão da Companhia por seus respectivos titulares ("**Oferta Secundária**"), o seguinte deverá ser observado:

- Lock-Up: as Ações que já tenham sido adquiridas pelo Participante, bem como aquelas que venham a ser adquiridas em função do exercício das respectivas Opções somente poderão ser alienadas, vendidas, cedidas, doadas ou de qualquer forma oneradas em benefício de terceiro após transcorrido 1 (um) ano a contar da realização do IPO (observado, no entanto, o quanto estipulado a seguir caso o IPO envolva Oferta Secundária);
- Caso o IPO tenha envolvido Oferta Secundária: o Participante poderá alienar determinado número de Ações que seja proporcional à participação a ser alienada pelos acionistas vendedores na Oferta Secundária (sendo certo que, para tal propósito, se necessário for, o prazo de exercício de parte das Opções poderá ser antecipado, de modo que tal Participante possa participar da Oferta Secundária em conjunto com os acionistas vendedores. Na hipótese dos acionistas vendedores no âmbito de uma Oferta Secundária alienarem suas respectivas participações de maneira desproporcional entre si, o percentual de Ações do Participante que poderá ser alienado na Oferta Secundária deverá ser calculado de acordo com a média dos percentuais de participação a serem alienados pelos acionistas vendedores. Não obstante, em todo e qualquer caso, independentemente do percentual de ações a ser alienado pelos acionistas vendedores, as Ações a serem alienadas pelo Participante não poderão ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total de suas Ações. As Ações detidas pelo Participante que não forem alienadas no contexto de Oferta Secundária,



Antecipação do Vesting de Opções: as Opções que não estiverem Vested após decorridos 2 (dois) anos a contar do IPO, terão os seus respectivos Vestings antecipados quando transcorridos 2 (dois) anos a contar da realização do IPO e, a partir de então, poderão ser exercidas por um período de 24 (vinte e quatro) meses, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

12.1. A critério do Comitê de Gestão, os Contratos poderão adotar e estipular opções de compra, pela Companhia, de Ações detidas pelos Participantes, bem como opções de venda exercíveis pelos Participantes, conforme preço e critérios definidos nos respectivos Contratos. Para todos os fins e efeitos de direito, o Comitê de Gestão deve ser considerado empossado de todos os poderes necessários para estipular, nos respectivos Contratos, as opções de compra e outorga de opção de venda ora em referência, conforme critérios, parâmetros e preço que entender aplicáveis.

13.1. Este Segundo Plano constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e os Participantes, sejam eles administradores ou empregados.

14.1. Nenhuma disposição deste Segundo Plano poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes empregados, além daqueles inerentes às Opções, cuja natureza é exclusivamente civil, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregados, nem interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia ou da respectiva Afiliada, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante.

14.3. As Opções poderão ser outorgadas pelo Comitê de Gestão aos Participantes sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre eles, mesmo que se encontrem em situações funcionalmente similares. As Opções outorgadas nos termos deste Segundo Plano, bem como o seu exercício pelos Participantes, não terão qualquer relação nem estarão vinculadas à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros.

15.1. Nas hipóteses de desligamento do Particular por demissão ou destituição, com ou sem justa causa, ou aposentadoria, os direitos aqui conferidos de acordo com o Contrato poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto a seguir.

15.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência do Segundo Plano, o Participante:

(a) desligar-se da Companhia ou de sua respectiva Afiliada voluntariamente, seja pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador ou em decorrência de pedido de aposentadoria facultativa ou compulsória: (i) as Opções que ainda não sejam exercíveis na data do seu desligamento ("**Opções Non-Vested**") restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções já exercíveis na data do seu desligamento ("**Opções Vested**") poderão ser exercidas, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(b) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), sem justa causa: (i) as Opções Non-Vested restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Vested poderão ser exercidas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e

(c) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo por justa causa, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Vested ou Non-Vested, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, sem prejuízo de eventual exercício pela Companhia de direito de recompra das Ações detidas por tal Participante, nos termos do Contrato.

15.3. Para fins do presente Segundo Plano, o termo "**justa causa**" significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia ou sua respectiva Afiliada por justa causa, (i) nas hipóteses previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Participantes que sejam empregados da Companhia ou de sua respectiva Afiliada e, (ii) no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não-empregados, nas seguintes hipóteses: (a) desídia do Participante no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; (b) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (c) a prática, pelo Participante, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas Afiliadas; (d) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Participante e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus sócios, ou de quaisquer Afiliadas, desde que devidamente comprovado; (e) descumprimento material do Estatuto Social da Companhia ou dos documentos societários de sua respectiva Afiliada, Código de Conduta e demais disposições corporativas ou societárias aplicáveis ao Participante, como administrador; e (f) descumprimento das obrigações previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, aplicável aos administradores de sociedades anônimas, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas nos artigos 153 a 157 da referida Lei.



na Companhia, com ou sem a troca do controle ou, ainda, a efetivação do IPO da Companhia), bem como não dependerá de prévia ou posterior anuência de qualquer Participante a efetivação de referidas operações.

19. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

19.1. Obrigações Complementares. Além das obrigações assumidas no Contrato, as partes obrigam-se plena e integralmente ao cumprimento das condições integrantes deste Segundo Plano e de seus documentos complementares, sendo certo que nenhum dos documentos referidos nesta Cláusula 19.1 poderá conflitar com o disposto neste Segundo Plano e na AG. A assinatura do Contrato implicará a expressa aceitação de todos os termos do Segundo Plano e do Contrato pelo Participante.

19.2. Mandato. Para perfeita execução do disposto neste Segundo Plano e no Contrato, os Participantes nomearão e constituirão, no Contrato, a Companhia como sua bastante procuradora, em caráter irrevogável e irretratável, conferindo-lhe poderes para assinar todos os atos necessários para o cumprimento deste Segundo Plano, Programas e Contratos, inclusive o de substabelecer. Referida cláusula de mandato não representará qualquer obrigação, dever ou atribuição da Companhia de exercer as Opções ou praticar qualquer ato para assegurar o exercício das Opções outorgadas aos Participantes.

19.3. Tratamentos Específicos. O Comitê de Gestão poderá ainda estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Segundo Plano, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes, nem os princípios básicos do Segundo Plano e da AG. Tal tratamento particular não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

19.4. Alterações Legais. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra de ações poderá levar à sua adequação, conforme proposta do Comitê de Gestão, *ad referendum* da Assembleia Geral, devendo entretanto, sempre que juridicamente possível, sejam respeitados os princípios básicos do Segundo Plano e da AG.

19.5. Submissão de Assuntos à Assembleia Geral. A aprovação de todos e quaisquer assuntos relativos ao Segundo Plano que sejam submetidos à análise da Assembleia Geral da Companhia deverá observar as disposições de Acordo de Acionistas da Companhia (não sendo a AG considerada como aprovação já concedida para tais assuntos).

19.6. Conflito. Em caso de qualquer conflito entre este Segundo Plano de um lado, e, de outro lado, qualquer Programa a ele relativo, qualquer Contrato a ele relativo ou qualquer endereçamento dado pelo Comitê de Gestão, o disposto neste Segundo Plano sempre deverá prevalecer.

19.7. Averbação. O texto do Contrato será averbado à margem dos registros societários da Companhia e perante a instituição responsável pelas Ações da Companhia (se houver), para todos os fins do artigo 118 da Lei nº 6.404/76.

19.8. Foro. Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias que possam surgir com relação ao Segundo Plano.

19.9. Os casos omissos serão regulados pelo Comitê de Gestão, observados os princípios básicos constantes do Segundo Plano e da AG.

Certificamos que o texto acima constitui a íntegra do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S/A realizada em 22 de junho de 2017.



X

S f p

INSTRUMENTO PARTICULAR DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES – SEGUNDO PLANO

Pelo presente instrumento particular, as partes, de um lado:

(1) **BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S/A**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 161, Conj. 1.403, parte, sala B, Alphaville, CEP 06454-000 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.574.594/0001-96, doravante denominada "**Companhia**";

E, do outro lado:

(2) **[PARTICIPANTE]**, brasileiro, [estado civil], [profissão], portador[a] da Cédula de Identidade RG nº [•] [emissão] e inscrito[a] no CPF/MF sob o nº [•], residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 161, Conjunto 1.403, parte, sala B, Alphaville, CEP 06454-000, doravante denominado "**Participante**";

(ambos doravante designados, isoladamente ou em conjunto, "**Parte**" ou "**Partes**")

CONSIDERANDO QUE:

(A) o Estatuto Social da Companhia prevê, dentro do limite do capital autorizado, a possibilidade de outorga de opção de compra de ações a administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas ou coligadas, direta ou indiretamente ("**Participantes**"), de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral;

(B) a Assembleia Geral da Companhia, em [•] de [•] de 2017, aprovou a criação do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações, que integra o **Anexo A** deste instrumento ("**Segundo Plano**");

(C) o Participante foi indicado pelo Comitê de Gestão do Plano ("**Comitê de Gestão**") para receber [•] ([•]) opções de compra de ações ordinárias da Companhia, divididas em [•] ([•]) lotes anuais, nos termos do Segundo Plano ("**Opções**"); e

(D) as ações objeto de tais Opções corresponderiam nesta data, caso tais Opções fossem exercidas, a determinado percentual do capital social da Companhia e que a realização de quaisquer aumentos no capital social da Companhia poderão acarretar a consequente diminuição de tal percentual;

RESOLVEM, de mútuo e comum acordo, celebrar o presente Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações ("**Contrato de Opção**" ou "**Contrato**"), que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. OBJETO

1.1. Sujeito aos termos e condições previstos neste Contrato de Opção e no Segundo Plano, a Companhia, neste ato, outorga ao Participante as Opções, que garantem ao Participante o direito de, a seu critério e sujeito ao disposto no Segundo Plano e neste Contrato, adquirir até [•] ([•]) ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia, conforme indicado pelo Comitê de Gestão ("**Ações**").



1.2. Em caso de desdobramento ou grupamento de ações de emissão da Companhia, o número máximo de Opções e, consequentemente, de Ações, deverá ser ajustado à mesma razão do grupamento ou desdobramento em questão, conforme for o caso.

1.3. As Opções são outorgadas ao Participante em caráter personalíssimo, não podendo ser oneradas, alugadas, alienadas, cedidas ou transferidas, direta ou indiretamente, a terceiros, mesmo que por sucessão, separação ou divórcio, salvo na hipótese de invalidez permanente ou morte, observados os dispositivos expressamente previstos no Segundo Plano e/ou neste Contrato.

1.4. O Participante, neste ato, recebe e aceita as Opções e adere, em caráter irrevogável e irretratável, ao Segundo Plano. O Participante declara e reconhece ter pleno conhecimento do conteúdo do Segundo Plano e está integralmente de acordo com todos os seus termos e condições. Em caso de omissão deste Contrato em relação a um assunto, prevalecerão as disposições do Segundo Plano acerca do assunto em questão ou, conforme e se aplicável, o endereçamento dado ao assunto pelo Comitê de Gestão. Entretanto, em caso de conflito entre este Contrato e/ou o endereçamento dado ao assunto pelo Comitê de Gestão de um lado e, de outro lado, pelo Segundo Plano, o Segundo Plano sempre prevalecerá.

1.5. Caberá à Companhia, por decisão do seu Comitê de Gestão, definir se as Ações serão adquiridas pelo Participante mediante a subscrição por tal Participante de novas Ações a serem emitidas pela Companhia dentro do limite de seu capital autorizado ou mediante a compra e venda de Ações mantidas em tesouraria que tenham sido emitidas ou adquiridas em função do Segundo Plano, observada a regulamentação em vigor à época do exercício das Opções.

1.6. Correrá sempre por conta e risco do Participante as decisões sobre o exercício das Opções, bem como aquelas sobre as Ações adquiridas em função do Segundo Plano.

1.7. O Participante deste Segundo Plano que também participe do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 7 de julho de 2014, conforme aditado ("**Primeiro Plano**") não poderá exercer ou integralizar nenhuma Opção outorgada no âmbito deste Segundo Plano antes de exercer e integralizar a totalidade, e não menos que a totalidade, das opções que lhe forem outorgadas no âmbito do Primeiro Plano, mesmo na hipótese de ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6, 9 e 10.

2. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Conforme indicado no Segundo Plano, o preço de exercício das Opções será de R\$ 647,96 (seiscentos e quarenta e sete Reais e noventa e seis centavos) por Ação, a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE ("**IPCA**"), até a data do efetivo pagamento ("**Preço de Exercício**").

2.2. O Participante adquirirá e fará jus ao direito de exercer as suas Opções em lotes, conforme disposto na Cláusula 3.1 e demais condições descritas no presente Contrato e no Segundo Plano.

2.3. O Preço de Exercício será reduzido a menor no mesmo montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio por ação que venham a ser pagos pela Companhia a partir

desta data e até a data do exercício das Opções, bem como será ajustado a menor o Preço de Exercício no mesmo montante pago por ação a título de redução de capital sempre que tal redução não ocorrer através do cancelamento de ações.

2.4. Enquanto não forem exercidas e convertidas em Ações, as Opções não farão jus a dividendos, juros sobre capital próprio ou recebimento de valores a título de redução de capital ou bonificação, dentre outros. Da mesma forma, enquanto não forem exercidas e convertidas em Ações, as Opções não terão direito de voto ou qualquer outro direito patrimonial ou político na Companhia, observado, entretanto, o disposto em Acordo de Acionistas da Companhia.

3. VESTING E EXERCÍCIO DAS OPÇÕES

3.1. O Participante adquirirá e fará jus ao direito de exercer o primeiro lote de suas Opções a partir de 14 de julho de 2017 ("**Lote Inicial**" ou "**Vesting Inicial**", conforme aplicável), sendo os demais lotes exercíveis de forma sucessiva a partir das datas indicadas no **Anexo B** ("**Lotes Subsequentes**" ou "**Vestings Subsequentes**", conforme aplicável), sendo certo que para os fins deste Contrato será considerado "**Período de Vesting**", em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos indicados no Anexo B. Exceto conforme disposto neste Contrato e no Segundo Plano, as Opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes não expirarão e poderão ser exercidas pelo Participante a qualquer tempo após o respectivo Vesting observado, porém, o disposto nas Cláusulas 6, 7, 9, 10 e 11 deste Contrato e sem prejuízo do Segundo Plano. Sem prejuízo, o Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o Período de Vesting de parte ou da totalidade dos lotes das Opções do Participante, sem prejuízo, entretanto, do disposto na Cláusula 1.7 acima.

3.2. Em 14 de julho de cada ano, a partir do Vesting Inicial, e a cada trimestre a partir de então, o Comitê de Gestão deverá estabelecer e divulgar períodos fixos para que o Participante possa exercer parte ou a totalidade das Opções a que tiver direito, ressalvado o disposto na Cláusula 1.7 acima ("**Período de Oportunidade de Exercício**").

3.3. A Companhia deverá manter o Participante informado sobre os Períodos de Oportunidade de Exercício. Durante um Período de Oportunidade de Exercício, o Participante, se tiver interesse em exercer as Opções que já tiver direito (i.e., as "**Opções Vested**"), deverá enviar ao Comitê de Gestão o competente Termo de Exercício de Opção, nos termos da minuta que integra o **Anexo C** ao presente, devidamente preenchido e assinado pelo Participante.

3.4. Em caso de exercício de Opções, a Companhia deverá informar por escrito ao Participante: (i) o valor por Ação e o valor total que deverá ser pago por ele para aquisição das Ações objeto das Opções por ele exercidas, juntamente com a respectiva memória de cálculo; e (ii) a data em que tais Ações passarão para a titularidade do Participante, devendo o Participante integralizar ou pagar o Preço de Exercício correspondente à Companhia assim que passar a ser titular das Ações ou em outra data conforme venha a ser estabelecido pelo Comitê de Gestão. Sendo certo que em qualquer destas hipóteses, tal pagamento deverá se dar em moeda corrente nacional no país, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia por esta informada.



Handwritten signature and initials, including a large 'X' and the letters 'S P Q'.

4. FORMA DE PAGAMENTO DO PREÇO DE EXERCÍCIO

4.1. Em contrapartida ao exercício das Opções e até a data assim informada pela Companhia nos termos da Cláusula 3.4 acima, o Participante deverá pagar à Companhia o Preço de Exercício: (i) a título de integralização das Ações subscritas, quando o exercício se der através de aumento de capital, ou (ii) a título de pagamento do preço de aquisição, quando o exercício se der através da aquisição de Ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O pagamento do Preço de Exercício deverá sempre se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia, conforme por esta indicado, observado, contudo, o disposto na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

4.2. Caso o Participante não pague o Preço de Exercício nas condições previstas na presente Cláusula 4, ele não receberá as Ações correspondentes e as pertinentes Opções estarão imediatamente extintas e canceladas, para todos os fins. Sem prejuízo do disposto acima, ainda que a Companhia autorize excepcionalmente a aquisição pelo Participante de Ações ainda não pagas, enquanto o Preço de Exercício a elas correspondente não for pago integralmente as Ações não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Comitê de Gestão, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Participante para com a Companhia.

5. LOCK UP

5.1. As Ações de titularidade do Participante, quando este se desligar da Companhia ou de sua respectiva Afiliada voluntariamente ou mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), com ou sem justa causa (qualquer um desses eventos, "**Eventos de Desligamento**"), incluindo as Ações que à época forem de titularidade do Participante, bem como aquelas que venham a ser adquiridas em função do exercício das respectivas Opções Vested, nos termos dos itens (a) e (b) da Cláusula 9.2, não poderão ser alienadas, cedidas ou transferidas pelo Participante, a qualquer título, para qualquer pessoa ou terceiro, a partir da data de comunicação acerca do Evento de Desligamento e durante o período de 1 (um) ano a contar da formalização de tal Evento de Desligamento – "**Prazo de Lock Up**".

5.2. Caso, dentro do Prazo de Lock Up, o Participante (i) venha a ingressar, atuar, participar e/ou investir em qualquer Negócio Concorrente (conforme definição abaixo), no território nacional, a qualquer título, seja como sócio, acionista, empregado, consultor ou de qualquer outra forma; e/ou (ii) por si ou por terceiros, contrate, ofereça emprego ou requisite os serviços de qualquer empregado, diretor, executivo ou consultor exclusivo da Companhia; e/ou (iii) por si ou por terceiros, adote qualquer comportamento que interfira ou possa interferir adversamente na relação da Companhia com seus fornecedores, prestadores de serviços e/ou clientes, a Companhia poderá exercer, a seu exclusivo critério, a Opção de Compra Adicional, conforme disposto na Cláusula 5.3 a seguir.

5.3. **Opção de Compra Adicional.** Na hipótese de comunicação acerca de um Evento de Desligamento (e a partir desse momento) e durante o Prazo de Lock Up, caso o Participante incorra no quanto estipulado na Cláusula 5.2, a Companhia terá o direito, mas não a obrigação, de adquirir do Participante, parte ou totalidade (a exclusivo critério da Companhia) das Ações por ele adquiridas em função do exercício das Opções ora



outorgadas ("**Opção de Compra Adicional**"). A Opção de Compra Adicional poderá ser exercida pela Companhia a qualquer tempo durante o Prazo de Lock Up. A Opção de Compra somente será considerada exercida mediante o recebimento, pelo Participante, de notificação escrita enviada pela Companhia. O preço da Opção de Compra Adicional deverá ser pago em 6 (seis) parcelas mensais e será equivalente ao Preço de Exercício devidamente corrigido pela variação do IPCA verificada desde a respectiva data de exercício até a data da liquidação financeira de cada uma das parcelas pertinentes ao exercício da Opção de Compra Adicional. A compra e venda objeto da Opção de Compra Adicional, observada a forma de pagamento aqui estabelecida, ocorrerá em não mais do que 10 (dez) dias a contar do recebimento, pelo Participante, da notificação de exercício da Opção de Compra Adicional enviada pela Companhia (sendo certo que, em nenhuma hipótese, poderá o Participante se recusar a proceder à venda das pertinentes Ações em caso de exercício da Opção de Compra Adicional). Se a Companhia, por qualquer motivo, não puder adquirir as Ações (inclusive na eventualidade de a Companhia não se enquadrar nos requisitos legais e regulamentares aplicáveis para adquirir as ações de sua própria emissão), a Companhia poderá ceder sua Opção de Compra Adicional a terceiro(s) de sua escolha, que poderá(ão) adquirir as Ações do Participante objeto da Opção de Compra, pelo preço e observados os termos e condições estabelecidos nesta Cláusula. Para todos os fins e efeitos legais, a Companhia e o Participante neste ato reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, que a presente Cláusula constitui e deve ser interpretada como a própria outorga da Opção de Compra Adicional pelo Participante à Companhia, independentemente de qualquer outro documento para fins de sua validade e aplicabilidade nas condições aqui previstas.

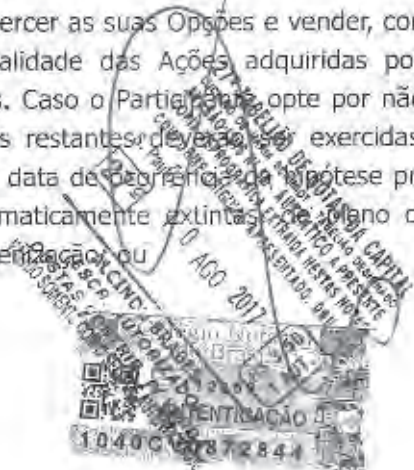
5.4. Para os fins do presente Contrato, "**Negócio Concorrente**" significa qualquer negócio no setor de *fast food* ou a este relacionado.

6. EVENTOS DE LIQUIDEZ

6.1. Alteração do Poder de Controle. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.2, o Vesting Inicial e os Vestings Subsequentes poderão ser integralmente antecipados no caso de alienação onerosa de ações de emissão da Companhia que implique a perda dos direitos políticos ou a limitação material dos poderes de controle na Companhia, tal como atualmente detidos e exercidos pela Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações - um fundo de investimento em participações registrado perante a Comissão de Valores Mobiliários, administrado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. ("**Vinci Capital**").

6.2. Na hipótese prevista na Cláusula 6.1, o Participante:

- (i) poderá exercer as suas Opções e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das Ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas Opções. Caso o Participante opte por não exercer a totalidade de suas Opções, as Opções restantes deverão ser exercidas em até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de ocorrência da hipótese prevista na Cláusula 6.1, após o que restarão automaticamente extintas, sem qualquer direito, independentemente de aviso prévio ou indenização ou



(ii) se assim demandado pela Companhia, deverá exercer a totalidade de suas Opções ainda não exercidas e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das Ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas Opções.

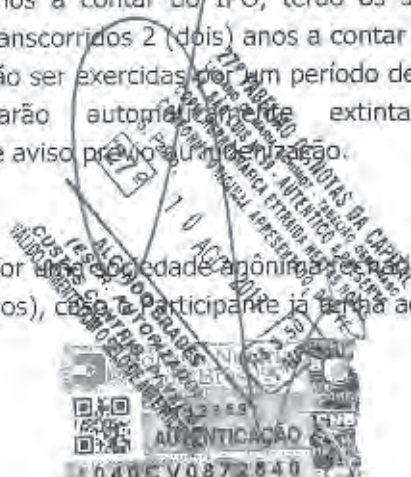
6.2.1. Na hipótese prevista na Cláusula 6.1, o Participante fará jus ao mesmo preço por ação auferido pelos acionistas vendedores e a forma de pagamento pela venda de suas ações seguirá a mesma regra e forma de pagamento aplicadas ao pagamento devido aos acionistas vendedores.

6.3. Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia ("IPO"). Na hipótese de um IPO, que poderá consistir tanto na emissão de novas ações pela Companhia ("**Oferta Primária**") quanto na alienação de ações de emissão da Companhia por seus respectivos titulares ("**Oferta Secundária**"), o seguinte deverá ser observado:

- Lock-Up: as Ações que já tenham sido adquiridas pelo Participante, bem como aquelas que venha a ser adquiridas em função do exercício das respectivas Opções somente poderão ser alienadas, vendidas, cedidas, doadas ou de qualquer forma oneradas em benefício de terceiro após transcorrido 1 (um) ano a contar da realização do IPO (observado, no entanto, o quanto estipulado a seguir caso o IPO envolva Oferta Secundária);
- Caso o IPO tenha envolvido Oferta Secundária: o Participante poderá alienar determinado número de Ações que seja proporcional à participação a ser alienada pelos acionistas vendedores na Oferta Secundária (sendo certo que, para tal propósito, se necessário for, o prazo de exercício de parte das Opções poderá ser antecipado, de modo que tal Participante possa participar da Oferta Secundária em conjunto com os acionistas vendedores). Na hipótese de os acionistas vendedores no âmbito de uma Oferta Secundária alienarem suas respectivas participações de maneira desproporcional entre si, o percentual de Ações do Participante que poderá ser alienado na Oferta Secundária deverá ser calculado de acordo com a média dos percentuais de participação a serem alienados pelos acionistas vendedores. Não obstante, em todo e qualquer caso, independentemente do percentual de ações a ser alienado pelos acionistas vendedores, as Ações a serem alienadas pelo Participante não poderão ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total de suas Ações. As Ações detidas pelo Participante que não forem alienadas no contexto de Oferta Secundária, conforme as regras aqui estipuladas, permanecerão objeto da restrição acima estipulada (i.e., regra de Lock-up); e
- Antecipação do Vesting de Opções: as Opções que não estiverem Vested após decorridos 2 (dois) anos a contar do IPO, terão os seus respectivos Vestings antecipados quando transcorridos 2 (dois) anos a contar da realização do IPO e, a partir de então, poderão ser exercidas por um período de 36 (trinta e seis) meses, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou qualquer outra condição.

7. DIREITO DE PREFERÊNCIA

7.1. Enquanto a Companhia for uma sociedade anônima fechada (i.e., sem ações listadas em mercado de valores mobiliários), caso o Participante já tenha adquirido Ações em função



do exercício de Opções e deseje alienar, direta ou indiretamente, parte ou a totalidade destas Ações para terceiros, a Companhia terá o direito de preferência para adquirir tais Ações pelo mesmo preço e condições de pagamento oferecidos pelo terceiro interessado ao Participante. O direito de preferência poderá ser exercido pela Companhia no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que a Companhia for notificada por escrito da intenção do Participante de alienar suas ações, notificação essa que deverá incluir o preço e as condições de pagamento, bem como cópia de proposta firme e vinculante apresentada por tal terceiro. O preço deverá ser pago pela Companhia ao Participante nas mesmas condições oferecidas pelo terceiro interessado ao Participante. Em qualquer hipótese, se a Companhia, por qualquer motivo, não puder adquirir as Ações (inclusive na eventualidade de a Companhia não se enquadrar nos requisitos legais e regulamentares aplicáveis para adquirir as ações de sua própria emissão), a Companhia terá o direito de ceder livremente seu direito de preferência a terceiros de sua escolha, que terão o direito de comprar as Ações pelo mesmo preço e prazos e condições oferecidos pelo terceiro interessado ao Participante.

7.2. Não obstante o acima disposto, e independentemente do direito de preferência a que se refere a Cláusula acima, em nenhuma hipótese o Participante poderá transferir, a qualquer título, suas Ações para qualquer empresa ou pessoa que tenha negócio concorrente com o negócio da Companhia ou que seja, em qualquer medida, empresa ou pessoa relacionada a qualquer sociedade que conduza negócio concorrente com o negócio da Companhia.

7.3. O disposto na Cláusula 7.1 não mais será aplicável caso a Companhia realize a abertura de seu capital e passe a ser uma companhia aberta com ações listadas em mercado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior.

8. OPÇÕES DE COMPRA E VENDA SUBSEQUENTES

8.1. Caso, em 14 de julho de 2021 a Companhia seja uma sociedade anônima fechada (i.e., sem ações listadas em mercados de valores mobiliários), aplicar-se-ão os seguintes dispositivos:

8.1.1. Opção de Venda Subsequente do Participante. Após transcorrido o prazo indicado na Cláusula 8.1 o Participante terá o direito, mas não a obrigação, de vender à Companhia a totalidade, e não menos que a totalidade, das Ações por ele adquiridas em função do exercício das Opções ora outorgadas ("**Opção de Venda**"). A Opção de Venda poderá ser exercida pelo Participante a qualquer tempo pelo prazo de até 6 (seis) meses a partir do fim do prazo indicado na Cláusula 8.1. A Opção de Venda somente será considerada exercida mediante o recebimento, pela Companhia, de notificação escrita enviada pelo Participante. O preço da Opção de Venda será calculado conforme a fórmula prevista na Cláusula 8.2 e deverá ser pago em 3 (três) parcelas, corrigidas anualmente pela variação do CDI desde a data da venda objeto do exercício da Opção de Venda até a data de pagamento da respectiva parcela. A compra e venda objeto da Opção de Venda, observada a forma de pagamento aqui estabelecida, ocorrerá preferencialmente mais do que 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento, pela Companhia, da notificação de exercício da Opção de Venda enviada pelo Participante. Se a Companhia, por qualquer motivo, não puder adquirir as Ações (inclusive na eventualidade de a Companhia não se

enquadrar nos requisitos legais e regulamentares aplicáveis para adquirir as ações de sua própria emissão), a Companhia deverá necessariamente fazer com que terceiro(s) de sua escolha adquira(m) as Ações do Participante objeto da Opção de Venda, pelo preço e observados os termos e condições estabelecidos acima. Para todos os fins e efeitos legais, a Companhia e o Participante neste ato reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, que a presente Cláusula constitui e deve ser interpretada como a própria outorga da Opção de Venda pela Companhia ao Participante, independentemente de qualquer outro documento para fins de sua validade e aplicabilidade nas condições aqui previstas.

8.1.2. Opção de Compra Subsequente da Companhia. Após transcorrido o prazo indicado na Cláusula 8.1, a Companhia terá o direito, mas não a obrigação, de adquirir do Participante a totalidade, e não menos que a totalidade, das Ações por ele adquiridas em função do exercício das Opções ora outorgadas ("**Opção de Compra**"). A Opção de Compra poderá ser exercida pela Companhia a qualquer tempo pelo prazo de até 6 (seis) meses a partir da data do fim do prazo indicado na Cláusula 8.1. A Opção de Compra somente será considerada exercida mediante o recebimento, pelo Participante, de notificação escrita enviada pela Companhia. O preço da Opção de Compra será calculado conforme a fórmula prevista na Cláusula 8.2 e deverá ser pago em 3 (três) parcelas, corrigidas anualmente pela variação do CDI desde a data da compra objeto do exercício da Opção de Compra. A compra e venda objeto da Opção de Compra, observada a forma de pagamento aqui estabelecida, ocorrerá em não mais do que 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento, pelo Participante, da notificação de exercício da Opção de Compra enviada pela Companhia. Se a Companhia, por qualquer motivo, não puder adquirir as Ações (inclusive na eventualidade de a Companhia não se enquadrar nos requisitos legais e regulamentares aplicáveis para adquirir as ações de sua própria emissão), a Companhia poderá ceder sua Opção de Compra a terceiro(s) de sua escolha, que poderá(ão) adquirir as Ações do Participante objeto da Opção de Compra, pelo preço e observados os termos e condições estabelecidos acima. Para todos os fins e efeitos legais, a Companhia e o Participante neste ato reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, que a presente Cláusula constitui e deve ser interpretada como a própria outorga da Opção de Compra pelo Participante à Companhia, independentemente de qualquer outro documento para fins de sua validade e aplicabilidade nas condições aqui previstas.

8.2. O preço a ser pago quando do exercício da Opção de Venda e da Opção de Compra acima estabelecidas, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Preço} = [(6.0 \times \text{EBITDA Corrente}) - \text{Dívida Líquida}] \times [\text{Percentual Participante}]$$

Onde,

"**EBITDA Corrente**" significará o EBITDA contábil da Companhia nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir do último trimestre auditado;

"**EBITDA**" significará [Lucro Líquido + Imposto de Renda + Contribuição Social sobre Lucro + Despesas Financeiras (sem contar com despesas com taxas de crédito ou débito e outras taxas de cobrança) - Receitas Financeiras - Depreciação e Amortização - Resultados não operacionais];



"Divida Líquida" significará a somatória de (i) empréstimos e financiamentos (curto e longo prazo); (ii) impostos parcelados (iii) fornecedores em atraso; reduzidos de (i) aplicações financeiras e (ii) caixa e bancos.

"Percentual Participante" significará o percentual do capital social da Companhia detido pelo Participante objeto do exercício da Opção de Compra ou de Venda, ou seja, o resultado da divisão do número de ações objeto da Opção de Compra ou Opção de Venda, conforme o caso, pelo número total de ações representativas do capital social da Companhia.

8.3. A Opção de Venda e a Opção de Compra estabelecidas acima não mais serão aplicáveis caso a Companhia realize a abertura de seu capital e passe a ser uma companhia aberta com ações listadas em mercado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior.

9. DESLIGAMENTO

9.1. Nas hipóteses de desligamento do Participante por demissão ou destituição, com ou sem justa causa, ou aposentadoria, os direitos a ele conferidos de acordo com este Contrato poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto a seguir.

9.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência deste Contrato, o Participante:

(a) desligar-se da Companhia ou de sua respectiva Afiliada voluntariamente, seja pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador ou em decorrência de pedido de aposentadoria facultativa ou compulsória: (i) as Opções que ainda não sejam exercíveis na data do seu desligamento ("**Opções Non-Vested**") restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções já exercíveis na data do seu desligamento ("**Opções Vested**") poderão ser exercidas, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(b) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), sem justa causa, (i) as Opções que ainda não sejam exercíveis na data do seu desligamento ("**Opções Non-Vested**") restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Vested já exercíveis na data do seu desligamento ("**Opções Vested**") poderão ser exercidas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e

(c) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo por justa causa, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Vested ou Non-Vested, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, nos termos deste Contrato.

9.3. Para fins deste Contrato, o termo "**justa causa**" significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia ou a respectiva Afiliada por justa causa, (i) nas hipóteses previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Participantes que sejam empregados da Companhia ou de sua respectiva Afiliada e, (ii) no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não-empregados, nas seguintes hipóteses: (a) desídia do Participante no

exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; **(b)** condenação penal relacionada a crimes dolosos; **(c)** a prática, pelo Participante, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas Afiliadas; **(d)** qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Participante e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus sócios, ou de quaisquer Afiliadas, desde que devidamente comprovado; **(e)** descumprimento material do Estatuto Social da Companhia ou dos documentos societários de sua respectiva Afiliada, Código de Conduta e demais disposições corporativas ou societárias aplicáveis ao Participante, como administrador; e **(f)** descumprimento das obrigações previstas na Lei n.º 6.404/76, conforme alterada, aplicável aos administradores de sociedades anônimas, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas nos artigos 153 a 157 da referida Lei.

10. FALECIMENTO E INVALIDEZ PERMANENTE

10.1. Na hipótese de falecimento ou invalidez permanente do Participante, os direitos decorrentes das Opções estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores e as Opções poderão ser exercidas observadas as seguintes disposições:

- (a)** as Opções Non-Vested passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, para que possam ser exercidas pelo Participante ou pelos herdeiros ou sucessores do Participante, conforme for o caso, por um período de 1 (um) ano a contar da data do óbito ou desligamento por invalidez permanente; e
- (b)** as Opções Vested na data do óbito ou desligamento por invalidez permanente permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas por um período de 36 (trinta e seis) meses, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, observados os termos e condições deste Contrato.

11. DATA DE VIGÊNCIA E TÉRMINO DO SEGUNDO PLANO

11.1. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Segundo Plano ou neste Contrato de Opção, as Opções extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (a)** mediante o seu exercício integral;
- (b)** após o decurso dos prazos aplicáveis para exercício de cada Opção, conforme aplicável; ou
- (c)** mediante o distrato deste Contrato de Opção, por qualquer motivo.

11.2. A outorga de Opções nos termos do Segundo Plano não impedirá qualquer operação envolvendo, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, as Ações da Companhia (incluindo, sem limitação, operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão ou transferência de participação acionária na Companhia, com ou sem a troca de controlador, ou, ainda, a efetivação do IPO da Companhia) bem como não dependerá de aprovação ou posterior anuência de qualquer Participante a efetivação de qualquer das operações.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Exceto conforme expressamente previsto neste Contrato de Opção, o Participante não poderá ceder ou de qualquer outra forma transferir a terceiros, no todo ou em parte, seus direitos e obrigações decorrentes deste Contrato de Opção sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da Companhia.

12.2. As comunicações e notificações entre as Partes decorrentes do presente Contrato de Opção serão feitas por carta registrada ou por fac-símile, nos seguintes endereços (ou em outros endereços que venham a ser informados por escrito por uma Parte à outra).

Para a Companhia:

A/C: Presidente do Comitê de Gestão

e-mail: cemartins@vincipartners.com

Endereço: Av. Ataulfo de Paiva, 153, 5º andar, Leblon, Rio de Janeiro/RJ

Para o Participante

e-mail: [•]@burgerking.com.br

Endereço: Al. Rio Negro, 161, 14º andar, cj. 1.403, parte, Sala B, Alphaville, Barueri/SP

12.3. O Participante não terá quaisquer direitos e privilégios de acionista da Companhia até que as Ações sejam por ele adquiridas nos termos da lei. Nenhuma Ação será entregue ao Participante em decorrência do exercício de Opções a não ser que todas as exigências legais, regulamentares e contratuais tenham sido integralmente cumpridas, ficando reservado à Companhia o direito de alterar ou eliminar, sem qualquer ônus, unilateralmente, qualquer disposição do presente Contrato para fins de adequação da Companhia à legislação aplicável.

12.4. Nenhuma disposição deste Contrato de Opção ou do Segundo Plano conferirá direitos ao Participante que garantam a sua permanência como diretor, gerente ou empregado da Companhia ou de suas Afiliadas ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia ou suas Afiliadas de, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho ou destituir o Participante de suas funções, conforme o caso.

12.5. As obrigações ora assumidas no presente Contrato de Opção estarão sujeitas a execução específica conforme os artigos 497, 499, 500, 501, 536, 537, 806 e 815 do Código de Processo Civil Brasileiro.

12.6. Mandato. Para perfeita execução do disposto neste Contrato de Opção, o Participante nomeia e constitui, para todos os fins de direito, a Companhia como sua bastante procuradora, em caráter irrevogável e irretratável, conferindo-lhe poderes para assinar todos os atos necessários para o cumprimento deste Contrato, inclusive o de substabelecer. As Partes ora declararam e reconhecem que esta cláusula de mandato não representa qualquer obrigação, dever ou atribuição da Companhia de exercer o direito de preferência acima previsto ou as Opções ou praticar qualquer ato para assegurar o exercício das Opções outorgadas ao Participante.

12.7. Averbação. O texto deste Contrato de Opção será averbado à margem dos registros societários da Companhia e perante a instituição custodiante das Ações da Companhia (se houver), para todos os fins do artigo 118 da Lei nº 6.404/76.

12.8. Quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato deverão ser dirimidas no Foro Central da Comarca da Cidade de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas.

Barueri, 03 de 03 de 2017

BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S/A

Testemunhas:

1.

Nome:
RG:
CPF/MF:



[PARTICIPANTE]

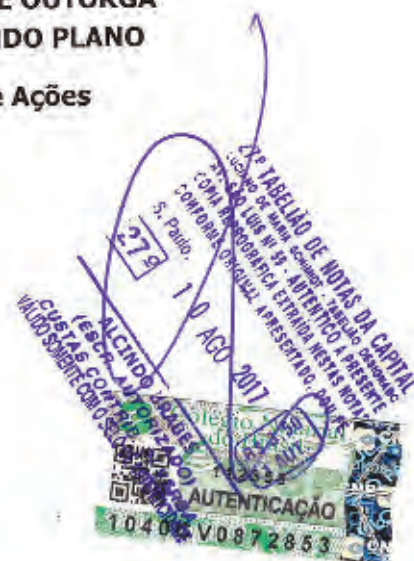
2.

Nome:
RG:
CPF/MF:



**ANEXO A do INSTRUMENTO PARTICULAR DE OUTORGA
DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES – SEGUNDO PLANO**

Segundo Plano de Opção de Compra de Ações



X

S P P

**ANEXO B do INSTRUMENTO PARTICULAR DE OUTORGA
DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES – SEGUNDO PLANO**

Lotes e Períodos de Vesting

Lote	Opções	Períodos de Vesting
1	1.193	14.07.2017
2	1.193	14.07.2018
3	1.193	14.07.2019

- **Vesting:** momento no qual o Participante adquire e passa a fazer jus ao direito de exercer as Opções objeto do respectivo lote.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

**ANEXO C do INSTRUMENTO PARTICULAR DE OUTORGA
DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES – SEGUNDO PLANO**

TERMO DE EXERCÍCIO DE OPÇÃO

À

BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S/A

Alameda Rio Negro, 161, 14º andar, cj. 1.403, parte, Sala B

Alphaville, Barueri, SP

CEP 06454-000

At.: Presidente do Comitê de Gestão

Prezado Senhor,

Nos termos do Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações – Segundo Plano celebrado entre mim e a Companhia em [●] de [●] de 2017 (“**Contrato**”), venho exercer meu direito de Opção sobre [●] Ações de emissão da Companhia, pelo preço e nos termos e condições estabelecidos no Segundo Plano e no Contrato.

Todos os termos definidos ora utilizados terão os significados a ele atribuídos no Contrato, para todos os fins de direito.

Atenciosamente,

Barueri, [●] de [●] de [●].

[PARTICIPANTE]



TERCEIRO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

(aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S/A realizada em 22 de junho de 2017)

1. OBJETIVOS DO TERCEIRO PLANO

1.1. O presente Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações ("Terceiro Plano") tem por objeto a outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações preferenciais ("Ações") de emissão da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. ("Companhia"), conforme indicado pelo Comitê de Gestão, observado, entretanto, o disposto na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia acima referida ("AG") e neste Terceiro Plano (sendo certo que a emissão de ações preferenciais, a respectiva quantidade e a definição dos respectivos direitos/privilégios e características, dependerão de nova aprovação específica em Assembleia Geral da Companhia, observado o disposto em Acordo de Acionistas da Companhia), a determinados membros da administração e empregados da Companhia e de suas controladas ou coligadas, direta ou indiretamente ("Afiladas"), com o objetivo de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo a determinados membros da administração e empregados da Companhia e/ou de suas Afiladas adquirir as Ações, nos termos, condições e modo previstos neste Terceiro Plano, incentivando desta forma a integração dos mesmos à Companhia e o alinhamento dos interesses desses administradores e empregados com os interesses dos acionistas da Companhia.

2. OPÇÃO

2.1. Cada opção de compra de ação atribuí ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) Ação de emissão da Companhia, estritamente nos termos e condições estabelecidos neste Terceiro Plano ("Opção" / "Opções").

A outorga das Opções constitui mera expectativa de direito dos Participantes, que poderão vir a ter o direito de receber as Ações mediante a verificação de todos os requisitos e procedimentos estabelecidos neste Terceiro Plano e no respectivo Programa (aprovado em Assembleia do Conselho de administração da Companhia) e Contrato. Até que se dê a satisfação de todos esses requisitos (dentre os quais se incluem, entre outros, o pagamento do Preço de Exercício e o cumprimento do período de Vesting), não haverá qualquer dever da Companhia de entregar Ações de sua emissão aos Participantes.

GESTÃO DO TERCEIRO PLANO

3.1. O Terceiro Plano será gerido pelo Comitê de Gestão, o qual será formado por 3 (três) membros eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia ("Comitê de Gestão"). Excelo pelos membros do Comitê de Gestão que forem Diretores da Companhia (e, portanto, poderão participar deste Terceiro Plano), os demais membros do Comitê de Gestão não poderão receber Opções.

3.2. O Comitê de Gestão poderá estabelecer termos e/ou condições precedentes, bem como regras específicas, aplicáveis a um ou mais Participantes, para o exercício das Opções, prazo de Vesting, antecipação do prazo de Vesting, antecipação e/ou prorrogação do prazo para exercício das Opções, dentre outros, observado o disposto na AG e neste Terceiro Plano. O Comitê de Gestão, respeitado o disposto na AG, neste Terceiro Plano e no

Contrato, poderá determinar restrições adicionais à transferência das Ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação de Ações pelo Participante.

3.3. O Comitê de Gestão poderá especificar ou delimitar as condições estabelecidas neste Terceiro Plano, conforme acima estabelecido, ou de outra forma desde que não altere os princípios básicos e o disposto neste Terceiro Plano e na AG.

4. DEFINIÇÃO DOS PROGRAMAS

4.1. O Comitê de Gestão poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("**Programas**"), nos quais serão definidos **(i)** os termos e as condições de cada outorga de Opções, **(ii)** as pessoas às quais as Opções serão concedidas ("**Participantes**"), **(iii)** o número, o percentual e a espécie de Ações da Companhia que os Participantes terão direito de subscrever com o exercício da Opção, **(iv)** os prazos (mínimo e máximo) para o exercício da Opção, **(v)** o eventual escalonamento das Opções concedidas em lotes sujeitos a prazos mínimos, e **(vi)** quaisquer restrições às Ações recebidas pelo exercício de Opções e disposições sobre penalidades eventualmente aplicáveis, observadas as linhas básicas estabelecidas neste Terceiro Plano e na AG.

4.2. As regras de cada Programa deverão constar, ser anexadas ou estar refletidas no Contrato de Outorga de Opções de Compra de Ações e Outras Avenças ("**Contrato**"), a ser firmado entre a Companhia e cada Participante.

4.3. Os Contratos serão individualmente elaborados para cada Participante, podendo o Comitê de Gestão estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato, dentro dos limites gerais fixados pelo Terceiro Plano, pela AG e pelo respectivo Programa.

5. PARTICIPANTES DO TERCEIRO PLANO

5.1. Os membros da administração e empregados da Companhia e de suas Afiliadas são elegíveis ao Terceiro Plano (exceto os membros do Comitê de Gestão que não forem Diretores da Companhia). O Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, definir os níveis de empregados elegíveis ao Terceiro Plano, bem como ampliar a abrangência do Terceiro Plano para outros níveis de cargo de empregados, quando da criação de cada Programa.

5.2. Em cada Programa, o Comitê de Gestão indicará os Participantes aos quais serão oferecidas Opções. A indicação de determinados Participantes em determinado Programa não lhes confere o direito de serem indicados como Participantes em qualquer Programa futuro.

5.3. Os Participantes que tiverem interesse em participar do Programa para o qual foram designados e receber as Opções deverão firmar o competente Termo de Adesão e o respectivo Contrato, no prazo fixado em cada Programa.

5.4. As Opções objeto do Terceiro Plano serão outorgadas aos Participantes em caráter personalíssimo, não podendo ser oneradas, arrendadas, alienadas, cedidas ou transferidas, direta ou indiretamente, a terceiros, mesmo que por sucessão, separação ou divórcio, exceto se de outra forma aquiescer o Contrato estabelecido e desde que observados os dispositivos expressamente previstos neste Terceiro Plano, na AG e no respectivo Contrato.



5.5. Os Participantes indicados para participação neste Terceiro Plano que também participam (i) do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 7 de julho de 2014, conforme aditado ("Primeiro Plano"); e/ou (ii) do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 22 de junho de 2017 ("Segundo Plano") não poderão exercer ou integralizar nenhuma Opção outorgada no âmbito deste Terceiro Plano antes de exercerem e integralizarem a totalidade, e não menos que a totalidade, das opções outorgadas no âmbito do Primeiro Plano e do Segundo Plano, nesta ordem, mesmo na hipótese de ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nas Cláusulas 11, 15 e 16.

6. DISTRIBUIÇÃO ENTRE PARTICIPANTES

6.1. A distribuição das Opções entre os Participantes, incluindo a definição dos Participantes e os níveis de concessão fixados em termos de quantidade de Opções de cada Programa, será decidido pelo Comitê de Gestão, a seu exclusivo critério.

6.2. O Comitê de Gestão procederá ao rateio das Opções após avaliar a quantidade de Ações que farão parte de cada Programa e o número de Participantes determinados. O rateio não será, necessariamente, igual para cada Participante, nem por equidade ou equiparação, nem dividido *pro rata*, sendo fixado caso a caso, a exclusivo critério do Comitê de Gestão, sendo certo que nem todas as Opções deverão ser necessariamente distribuídas.

7. LIMITE QUANTITATIVO

7.1. O Terceiro Plano estará limitado a um número máximo de 57.449 (cinquenta e sete mil, quatrocentas e quarenta e nove) Opções, cujo respectivo número de Ações, se exercidas as Opções, corresponderia a 3,532% (três ponto quinhentos e trinta e dois por cento) do capital social da Companhia em 22 de junho de 2017, sendo vedado o aumento do número de Ações com exceção de casos de desdobramento ou grupamento de Ações de emissão da Companhia, ocasião em que o número máximo de Opções que poderão ser outorgadas nos termos deste Terceiro Plano deverá ser ajustado à mesma razão do grupamento ou desdobramento em questão, conforme for o caso.

7.2. Exercida a Opção, o Comitê de Gestão definirá se o capital social da Companhia deverá ser aumentado mediante a emissão de novas Ações a serem subscritas e integralizadas pelos Participantes, de acordo com o art. 166, inciso III, da Lei nº 6.404/76, ou se o exercício das Opções se dará através da alienação pela Companhia de Ações mantidas em tesouraria, observado o disposto na regulamentação aplicável.

7.3. Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de Opções de acordo com este Terceiro Plano, em conformidade com o disposto no art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

8. PREÇO DE EXERCÍCIO

8.1. O preço de exercício das Opções será pago pelos Participantes quando da integralização ou aquisição das Ações, conforme o caso, será de R\$ 967,39 (novecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) por Ação, a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE ("IPCA"), até a data do efetivo pagamento ("Preço de



Exercício”). Qualquer alteração do Preço de Exercício deverá ser aprovada pela Assembleia Geral da Companhia, observado o disposto em Acordo de Acionistas da Companhia.

8.2. Enquanto não forem exercidas e convertidas em Ações, as Opções não farão jus a dividendos, juros sobre capital próprio ou recebimento de valores a título de redução de capital ou bonificação, dentre outros. Da mesma forma, enquanto não forem exercidas e convertidas em Ações, as Opções não terão direito de voto ou qualquer outro direito patrimonial ou político na Companhia.

8.3. O Preço de Exercício será ajustado a menor no mesmo montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio por ação que venham a ser pagos pela Companhia a partir da data de celebração do Contrato com o Participante e até a data do exercício das Opções, bem como será ajustado a menor o Preço de Exercício no mesmo montante pago por ação a título de redução de capital sempre que tal redução não ocorrer através do cancelamento de ações, observado, entretanto, o disposto em Acordo de Acionistas da Companhia.

9. VESTING E EXERCÍCIO DAS OPÇÕES

9.1. Sob este Terceiro Plano, e exceto se de outra forma objeto de ajuste pelo Comitê de Gestão, o primeiro lote de Opções poderá ser exercido a partir de 14 de julho de 2017 (**"Lote Inicial"** ou **"Vesting Inicial"**, conforme aplicável), sendo o direito de exercer os demais lotes adquirido de forma sucessiva a partir das datas indicadas no **Anexo A** ao presente Terceiro Plano (**"Lotes Subsequentes"** ou **"Vestings Subsequentes"**, conforme aplicável), sendo que, para fins deste Terceiro Plano, será considerado **"Período de Vesting"**, em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos indicados no **Anexo A**. Exceto conforme disposto neste Terceiro Plano, as Opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes não expirarão e poderão ser exercidas a qualquer tempo após o respectivo Vesting observado, porém, o disposto nas Cláusulas 11, 15, 16 e 18 deste Terceiro Plano. As Opções que já tenham passado pelo Período de Vesting ora referido, serão doravante denominadas **"Opções Vested"**. Sem prejuízo, e conforme acima estabelecido, o Comitê de Gestão poderá, em cada Programa ou Contrato individual, estabelecer condições diversas de Vesting, que poderão ser aplicáveis também caso não tenha ocorrido evento de liquidez (i.e., oferta pública inicial de ações ou alienação de ações representativas de 50% mais 1 ação de emissão da Companhia), sem prejuízo, entretanto, do disposto na Cláusula 5.5 acima.

9.2. O Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o Período de Vesting das Opções dos Participantes, sem prejuízo, entretanto, do disposto na Cláusula 5.5 acima.

9.3. O Comitê de Gestão deverá estabelecer e divulgar períodos fixos para que o Participante possa exercer parte ou a totalidade das Opções a que tiver direito (**"Período de Oportunidade de Exercício"**). O Comitê de Gestão também poderá estabelecer, a qualquer tempo, restrições adicionais para o exercício das Opções em datas que antecedam a divulgação de fatos relevantes pela Companhia, incluindo, mas não se limitando a datas que antecedam o encerramento do exercício social e a publicação de demonstrações financeiras da Companhia, datas compreendidas entre decisões de aumento de capital, distribuição de dividendos, bonificação em ação ou desdobramento e a publicação dos

respectivos editais ou anúncios e outras datas nas quais considere recomendável a suspensão do exercício das Opções.

9.4. O Comitê de Gestão deverá manter os Participantes informados sobre os Períodos de Oportunidade de Exercício por ele estabelecidos. Durante um Período de Oportunidade de Exercício, o Participante que tiver interesse em exercer as Opções que já tiver direito deverá enviar ao Comitê de Gestão o competente Termo de Exercício de Opção (nos termos da minuta a ser anexada ao Contrato) devidamente preenchido e assinado pelo Participante.

9.5. Mediante exercício de Opções por um Participante, a Companhia deverá informar por escrito a tal Participante, conforme previsto no Contrato, **(i)** o valor por Ação e o valor total que deverá ser pago por ele para aquisição das Ações objeto das Opções por ele exercidas, juntamente com a respectiva memória de cálculo; e **(ii)** a data em que tais Ações passarão para a titularidade do Participante, devendo o Participante integralizar ou pagar o Preço de Exercício correspondente à Companhia até tal data ou em outra data conforme venha a ser estabelecido pelo Comitê de Gestão.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Em virtude do exercício da Opção e até a data assim informada pela Companhia nos termos da Cláusula 9.4 acima, o Participante deverá pagar à Companhia o Preço de Exercício determinado em cada Programa, conforme disposto acima, **(i)** a título de integralização das Ações subscritas, quando o exercício se der através de aumento de capital, ou **(ii)** a título de pagamento do preço de aquisição, quando o exercício se der através da aquisição de Ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O pagamento do Preço de Exercício deverá sempre se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia, conforme indicado por esta.

10.2. Os Participantes que não pagarem o Preço de Exercício nas condições previstas acima não receberão as Ações correspondentes e tais Opções exercidas e não pagas estarão imediatamente extintas e canceladas, para todos os fins. Sem prejuízo do disposto acima, ainda que o Comitê de Gestão autorize excepcionalmente a aquisição pelo Participante de Ações ainda não pagas, enquanto o Preço de Exercício a elas correspondente não for pago integralmente as Ações não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Comitê de Gestão, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Participante para com a Companhia.

10.3. Os Contratos poderão conter disposições expressas e específicas acerca da forma de pagamento das Ações pelos Participantes, bem como a utilização pelo Participante de parcela de sua participação nos lucros e resultados, bônus de desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável a que fizer jus, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes.

11. EVENTOS DE LIQUIDEZ

11.1. Alteração do Roder de Controle. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.2, o Vesting Inicial e os Vestings Subsequentes deverão ser integralmente antecipados caso ocorra qualquer operação que resulte na troca de Controle da Companhia. Para os fins



desta Cláusula, "**Troca de Controle**" significa qualquer transferência (ou conjunto de transferências, relacionadas ou não, similares ou não, que sejam implementadas durante a vigência deste Terceiro Plano) inclusive cessão, transferência, venda, alienação, permuta, troca, arrendamento, locação, doação, Ônus, gravame, aumento de capital, aporte sob qualquer forma e a qualquer título, fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou emissão de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, quer voluntária quer involuntária ("**Transferência**") que, consideradas conjuntamente, resultem (i) na Transferência, direta ou indireta, de pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma das ações com direito de voto de emissão ou valores mobiliários conversíveis em ações com direito de voto de emissão da Companhia; e (ii) na perda pela Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações (ou seus sucessores ou seus cessionários permitidos) e Montjuic Fundo de Investimento em Participações (ou seus sucessores ou seus cessionários permitidos) do direito de participar das reuniões prévias (*Prior Meetings*) conforme previstas na Cláusula 4.6 do Acordo de Acionistas da Companhia. Para fins de esclarecimento, caso uma mesma ação de emissão da Companhia (bem como as ações que possam vir a ser emitidas em decorrência de valores mobiliários conversíveis em ações com direito de voto de emissão da Companhia) venha a ser transferida mais de uma vez, tal ação deverá ser contabilizada apenas uma vez para fins de composição do percentual de 50% (cinquenta por cento) acima.

11.2. Na hipótese prevista na Cláusula 11.1, o Participante:

(i) poderá exercer a suas Opções e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das Ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas Opções. Caso o Participante opte por não exercer a totalidade de suas Opções, as Opções restantes deverão ser exercidas em até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de ocorrência da hipótese prevista na Cláusula 11.1, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; ou

(ii) se assim demandado pela Companhia, deverá exercer a totalidade de suas Opções ainda não exercidas e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das Ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas Opções.

11.3. Na hipótese prevista na Cláusula 11.1, o Participante fará jus ao mesmo preço por ação auferido pelos acionistas vendedores e a forma de pagamento pela venda de suas ações seguirá a mesma regra e forma de pagamento aplicadas ao pagamento devido aos acionistas vendedores.

11.4. Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia – "IPO". Na hipótese de um IPO, que poderá consistir tanto na emissão de novas ações pela Companhia ("**Oferta Primária**") quanto na alienação de ações de emissão da Companhia por seus respectivos titulares ("**Oferta Secundária**"), o seguinte deverá ser observado:

- **Lock-Up:** as Ações que o Participante adquiridas pelo Participante, bem como aquelas que venham a ser adquiridas em função do exercício das respectivas Opções somente poderão ser alienadas, vendidas, cedidas, doadas ou de qualquer forma oneradas em benefício de terceiro após transcorrido 1 (um) ano a contar da realização do IPO (ou período, no entanto, o quanto estipulado a seguir caso o



IPO envolva Oferta Secundária);

- Caso o IPO tenha envolvido Oferta Secundária: o Participante poderá alienar determinado número de Ações que seja proporcional à participação a ser alienada pelos acionistas vendedores na Oferta Secundária (sendo certo que, para tal propósito, se necessário for, o prazo de exercício de parte das Opções poderá ser antecipado, de modo que tal Participante possa participar da Oferta Secundária em conjunto com os acionistas vendedores. Na hipótese dos acionistas vendedores no âmbito de uma Oferta Secundária alienarem suas respectivas participações de maneira desproporcional entre si, o percentual de Ações do Participante que poderá ser alienado na Oferta Secundária deverá ser calculado de acordo com a média dos percentuais de participação a serem alienados pelos acionistas vendedores. Não obstante, em todo e qualquer caso, independentemente do percentual de ações a ser alienado pelos acionistas vendedores, as Ações a serem alienadas pelo Participante não poderão ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total de suas Ações. As Ações detidas pelo Participante que não forem alienadas no contexto de Oferta Secundária, conforme as regras aqui estipuladas, permanecerão objeto da restrição acima estipulada (i.e., regra de Lock-up); e
- Manutenção do Vesting de Opções: o prazo de Vesting das Opções indicado na Cláusula 9.1 e no **Anexo A** não sofrerá qualquer tipo de alteração ou de antecipação em razão do IPO.

12. OPÇÕES DE COMPRA E VENDA SUBSEQUENTES

12.1. A critério do Comitê de Gestão, os Contratos poderão adotar e estipular opções de compra, pela Companhia, de Ações detidas pelos Participantes, bem como opções de venda exercíveis pelos Participantes, conforme preço e critérios definidos nos respectivos Contratos. Para todos os fins e efeitos de direito, o Comitê de Gestão deve ser considerado empossado de todos os poderes necessários para estipular, nos respectivos Contratos, as opções de compra e outorga de opção de venda ora em referência, conforme critérios, parâmetros e preço que entender aplicáveis.

13. NÃO-VINCULAÇÃO

13.1. Este Terceiro Plano constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e os Participantes, sejam eles administradores ou empregados.

14. NÃO INTERFERÊNCIA NA RELAÇÃO DE EMPREGO, MANDATO OU CONTRATUAL

14.1. Nenhuma disposição deste Terceiro Plano poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes ou empregados, além daqueles inerentes às Opções, cuja natureza é exclusivamente financeira. Também não conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregados, nem interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia ou da respectiva Afiliada, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante.

14.2. Nenhuma disposição deste Terceiro Plano conferirá, ainda, a qualquer administrador Participante direitos conexos à sua permanência no seu respectivo cargo, ou interferirá



de qualquer modo no direito da Companhia ou da respectiva Afiliada em destituí-lo, nem assegurará o direito à sua reeleição para o cargo.

14.3. As Opções poderão ser outorgadas pelo Comitê de Gestão aos Participantes sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre eles, mesmo que se encontrem em situações funcionalmente similares. As Opções outorgadas nos termos deste Terceiro Plano, bem como o seu exercício pelos Participantes, não terão qualquer relação nem estarão vinculadas à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros.

15. DESLIGAMENTO

15.1. Nas hipóteses de desligamento do Participante por demissão ou destituição, com ou sem justa causa, ou aposentadoria, os direitos a ele conferidos de acordo com o Contrato poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto a seguir.

15.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência do Terceiro Plano, o Participante:

(a) desligar-se da Companhia ou de sua respectiva Afiliada voluntariamente, seja pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador ou em decorrência de pedido de aposentadoria facultativa ou compulsória: (i) as Opções que ainda não sejam exercíveis na data do seu desligamento ("**Opções Non-Vested**") restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções já exercíveis na data do seu desligamento ("**Opções Vested**") poderão ser exercidas, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(b) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), sem justa causa: (i) as Opções Non-Vested restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Vested poderão ser exercidas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e

(c) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo por justa causa, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Vested ou Non-Vested, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, sem prejuízo de eventual exercício pela Companhia de direito de recompra das Ações detidas por tal Participante, nos termos do Contrato.

15.3. Para fins do presente Terceiro Plano, o termo "**justa causa**" significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia ou sua respectiva Afiliada por justa causa, nas hipóteses previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Participantes que sejam empregados da Companhia ou de sua respectiva Afiliada, e (ii) no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não empregados, nas seguintes hipóteses: (a) desídia do Participante no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador;



16. FALECIMENTO E INVALIDEZ PERMANENTE

(a) as Opções Non-Vested passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, para que possam ser exercidas pelos Participantes ou pelos herdeiros ou sucessores do Participante, conforme for o caso, por um período de 1 (um) ano a contar da data do óbito ou desligamento por invalidez permanente; e

(b) as Opções Vested na data do óbito ou desligamento por invalidez permanente permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas por um período de 36 (trinta e seis) meses, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, observados os termos e condições do Contrato.

17. DELIMITAÇÃO DOS DIREITOS DO PARTICIPANTE

17.2. As Ações adquiridas em razão do exercício de Opção nos termos deste Terceiro Plano terão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvado se de outra forma estabelecido neste Terceiro Plano, no Programa ou no Contrato.

18. DATA DE VIGÊNCIA E TÉRMINO DO TERCEIRO PLANO

18.1. O Terceiro Plano entrará em vigor na data da sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, modificado ou alterado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

18.2. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Terceiro Plano, nos Programas ou nos Contratos, as Opções outorgadas nos termos deste Terceiro Plano



extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (a) mediante o seu exercício integral;
- (b) após o decurso dos prazos aplicáveis para exercício de cada Opção, conforme aplicável; ou
- (c) mediante o distrato do Contrato, por qualquer motivo.

18.3. A outorga de Opções nos termos do Terceiro Plano não impedirá qualquer operação envolvendo, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, as Ações da Companhia (incluindo, sem limitação, operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão, ou transferência de participação acionária na Companhia, com ou sem a troca do controle ou, ainda, a efetivação do IPO da Companhia), bem como não dependerá de prévia ou posterior anuência de qualquer Participante a efetivação de referidas operações.

19. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

19.1. Obrigações Complementares. Além das obrigações assumidas no Contrato, as partes obrigam-se plena e integralmente ao cumprimento das condições integrantes deste Terceiro Plano e de seus documentos complementares, sendo certo que nenhum dos documentos referidos nesta Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** poderá conflitar com o disposto neste Terceiro Plano e na AG. A assinatura do Contrato implicará a expressa aceitação de todos os termos do Terceiro Plano e do Contrato pelo Participante.

19.2. Mandato. Para perfeita execução do disposto neste Terceiro Plano e no Contrato, os Participantes nomearão e constituirão, no Contrato, a Companhia como sua bastante procuradora, em caráter irrevogável e irretratável, conferindo-lhe poderes para assinar todos os atos necessários para o cumprimento deste Terceiro Plano, Programas e Contratos, inclusive o de substabelecer. Referida cláusula de mandato não representará qualquer obrigação, dever ou atribuição da Companhia de exercer as Opções ou praticar qualquer ato para assegurar o exercício das Opções outorgadas aos Participantes.

19.3. Tratamentos Específicos. O Comitê de Gestão poderá ainda estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Terceiro Plano, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes, nem os princípios básicos do Terceiro Plano e da AG. Tal tratamento particular não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

19.4. Alterações Legais. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra de ações poderá levar à sua adequação, conforme proposta do Comitê de Gestão, *ad referendum* da Assembleia Geral, devendo entretanto, sempre que juridicamente possível, serem respeitados os princípios básicos do Terceiro Plano e da AG.

19.5. Submissão de Assuntos à Assembleia Geral. A aprovação de todos e quaisquer assuntos relativos ao Terceiro Plano que sejam submetidos à análise da Assembleia Geral da



Companhia deverá observar as disposições de Acordo de Acionistas da Companhia (não sendo a AG considerada como aprovação já concedida para tais assuntos).

19.6. Conflito. Em caso de qualquer conflito entre este Terceiro Plano de um lado, e, de outro lado, qualquer Programa a ele relativo, qualquer Contrato a ele relativo ou qualquer endereçamento dado pelo Comitê de Gestão, o disposto neste Terceiro Plano sempre deverá prevalecer.

19.7. Averbação. O texto do Contrato será averbado à margem dos registros societários da Companhia e perante a instituição custodiante das Ações da Companhia (se houver), para todos os fins do artigo 118 da Lei nº 6.404/76.

19.8. Foro. Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias que possam surgir com relação ao Terceiro Plano.

19.9. Os casos omissos serão regulados pelo Comitê de Gestão, observados os princípios básicos constantes do Terceiro Plano e da AG.

Certificamos que o texto acima constitui a íntegra do Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S/A realizada em 22 de junho de 2017.



Handwritten signature in black ink.

ANEXO A ao TERCEIRO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

*(Conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária
da Companhia realizada em 22 de junho de 2017)*

OUTORGA	DATA	TOTAL DE OPÇÕES	VESTING EM 14/07/2017	VESTING EM 14/07/2018	VESTING EM 14/07/2019	VESTING EM 14/07/2020	VESTING EM 14/07/2021
1ª	2017	46.364	4.636	4.636	9.273	13.909	13.909
TOTAL		46.364	4.636	4.636	9.273	13.909	13.909



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE OUTORGA
DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES – TERCEIRO PLANO**

Pelo presente instrumento particular, as partes, de um lado;

(1) BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S/A, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 161, Conj. 1.403, parte, sala B, Alphaville, CEP 06454-000 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.574.594/0001-96, doravante denominada "**Companhia**";

E, do outro lado:

(2) **[PARTICIPANTE]**, brasileiro, [estado civil], [profissão], portador[a] da Cédula de Identidade RG nº [*] [emissão] e inscrito[a] no CPF/MF sob o nº [*], residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 161, Conjunto 1.403, parte, sala B, Alphaville, CEP 06454-000, doravante denominado **"Participante"**;

(ambos doravante designados, isoladamente ou em conjunto, "**Parte**" ou "**Partes**")

CONSIDERANDO QUE:

CONSIDERANDO QUE:

(A) o Estatuto Social da Companhia prevê, dentro do limite do capital autorizado, a possibilidade de outorga de opção de compra de ações a administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas ou coligadas, direta ou indiretamente ("**Participantes**"), de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral;

(B) a Assembleia Geral da Companhia, em 22 de junho de 2017, aprovou a criação do Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações, que integra o **Anexo A** deste instrumento ("**Terceiro Plano**");

(C) o Participante foi indicado pelo Comitê de Gestão do Plano ("Comitê de Gestão") para receber [•] ([•]) opções de compra de ações ordinárias da Companhia, divididas em 5 (cinco) lotes anuais, nos termos do Terceiro Plano ("Opções"); e

(D) as ações objeto de tais Opções corresponderiam nesta data, caso tais Opções fossem exercidas, a determinado percentual do capital social da Companhia e que a realização de quaisquer aumentos no capital social da Companhia poderão acarretar a consequente diminuição de tal percentual;

RESOLVEM, de mútuo e comum acordo, celebrar o presente Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações ("**Contrato de Opção**" ou "**Contrato**"), que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. OBJETO

1.1. Sujeito aos termos e condições previstos neste Contrato de Opção e no Terceiro Plano, a Companhia, neste ato, outorga ao Participante as Opções, que garantem ao Participante o direito de, a seu critério e sujeito ao disposto no Terceiro Plano e neste Contrato, adquirir até 7 (7) ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia, conforme indicado pelo Comitê de Gestão ("Ações").



1.2. Em caso de desdobramento ou grupamento de ações de emissão da Companhia, o número máximo de Opções e, consequentemente, de Ações, deverá ser ajustado à mesma razão do grupamento ou desdobramento em questão, conforme for o caso.

1.3. As Opções são outorgadas ao Participante em caráter personalíssimo, não podendo ser oneradas, alugadas, alienadas, cedidas ou transferidas, direta ou indiretamente, a terceiros, mesmo que por sucessão, separação ou divórcio, salvo na hipótese de invalidez permanente ou morte, observados os dispositivos expressamente previstos no Terceiro Plano e/ou neste Contrato.

1.4. O Participante, neste ato, recebe e aceita as Opções e adere, em caráter irrevogável e irretratável, ao Terceiro Plano. O Participante declara e reconhece ter pleno conhecimento do conteúdo do Terceiro Plano e está integralmente de acordo com todos os seus termos e condições. Em caso de omissão deste Contrato em relação a um assunto, prevalecerão as disposições do Terceiro Plano acerca do assunto em questão ou, conforme e se aplicável, o endereçamento dado ao assunto pelo Comitê de Gestão. Entretanto, em caso de conflito entre este Contrato e/ou o endereçamento dado ao assunto pelo Comitê de Gestão de um lado e, de outro lado, pelo Terceiro Plano, o Terceiro Plano sempre prevalecerá.

1.5. Caberá à Companhia, por decisão do seu Comitê de Gestão, definir se as Ações serão adquiridas pelo Participante mediante a subscrição por tal Participante de novas Ações a serem emitidas pela Companhia dentro do limite de seu capital autorizado ou mediante a compra e venda de Ações mantidas em tesouraria que tenham sido emitidas ou adquiridas em função do Terceiro Plano, observada a regulamentação em vigor à época do exercício das Opções.

1.6. Correrá sempre por conta e risco do Participante as decisões sobre o exercício das Opções, bem como aquelas sobre as Ações adquiridas em função do Terceiro Plano.

1.7. O Participante deste Terceiro Plano que também participe (i) do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 7 de julho de 2014, conforme aditado ("Primeiro Plano"); e/ou (ii) do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 22 de junho de 2017 ("Segundo Plano") não poderá exercer ou integralizar nenhuma Opção outorgada no âmbito deste Terceiro Plano antes de exercer e integralizar a totalidade, e não menos que a totalidade, das opções que lhe forem outorgadas no âmbito do Primeiro Plano e do Segundo Plano, nesta ordem, mesmo na hipótese de ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6, 9 e 10.

2. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Conforme indicado no Terceiro Plano, o preço de exercício das Opções será de R\$ 967,39 (novecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) por Ação, a ser corrigido desde 14 de junho de 2017 de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo IBGE ("IPCA"), até a data do efetivo pagamento ("Preço de Exercício").

2.2. O Participante adquirirá o direito de exercer as suas Opções em lotes, conforme disposto na Cláusula 3.1 e demais condições descritas no presente Contrato e no Terceiro Plano.

2.3. O Preço de Exercício será ajustado a menor no mesmo montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio por ação que venham a ser pagos pela Companhia a partir desta data e até a data do exercício das Opções, bem como será ajustado a menor o Preço de Exercício no mesmo montante pago por ação a título de redução de capital sempre que tal redução não ocorrer através do cancelamento de ações.

2.4. Enquanto não forem exercidas e convertidas em Ações, as Opções não farão jus a dividendos, juros sobre capital próprio ou recebimento de valores a título de redução de capital ou bonificação, dentre outros. Da mesma forma, enquanto não forem exercidas e convertidas em Ações, as Opções não terão direito de voto ou qualquer outro direito patrimonial ou político na Companhia, observado, entretanto, o disposto em Acordo de Acionistas da Companhia.

3. VESTING E EXERCÍCIO DAS OPÇÕES

3.1. O Participante adquirirá e fará jus ao direito de exercer o primeiro lote de suas Opções a partir de 14 de julho de 2017 ("**Lote Inicial**" ou "**Vesting Inicial**", conforme aplicável), sendo os demais lotes exercíveis de forma sucessiva a partir das datas indicadas no **Anexo B** ("**Lotes Subsequentes**" ou "**Vestings Subsequentes**", conforme aplicável), sendo certo que para os fins deste Contrato será considerado "**Período de Vesting**", em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos indicados no **Anexo B**. Exceto conforme disposto neste Contrato e no Terceiro Plano, as Opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes não expirarão e poderão ser exercidas pelo Participante a qualquer tempo após o respectivo Vesting observado, porém, o disposto nas Cláusulas 6, 7, 9, 10 e 11 deste Contrato e sem prejuízo do Terceiro Plano. Sem prejuízo, o Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o Período de Vesting de parte ou da totalidade dos lotes das Opções do Participante, sem prejuízo, entretanto, do disposto na Cláusula 1.7 acima.

3.2. Em 14 de julho de cada ano, a partir do Vesting Inicial, e a cada trimestre a partir de então, o Comitê de Gestão deverá estabelecer e divulgar períodos fixos para que o Participante possa exercer parte ou a totalidade das Opções a que tiver direito, ressalvado o disposto na Cláusula 1.7 acima ("**Período de Oportunidade de Exercício**").

3.3. A Companhia deverá manter o Participante informado sobre os Períodos de Oportunidade de Exercício. Durante um Período de Oportunidade de Exercício, o Participante, se tiver interesse em exercer as Opções que já tiver direito (i.e., as "**Opções Vested**"), deverá enviar ao Comitê de Gestão o competente Termo de Exercício de Opção, nos termos da minuta que integra o **Anexo C** ao presente, devidamente preenchido e assinado pelo Participante.

3.4. Em caso de exercício das Opções, a Companhia deverá informar por escrito ao Participante: (i) o valor por Ação e o valor total que deverá ser pago por ele para aquisição das Ações objeto das Opções exercidas, juntamente com a respectiva memória de cálculo; e (ii) a data em que as Ações passarão para a titularidade do Participante, devendo o Participante integralizar ou pagar o Preço de Exercício correspondente à Companhia assim que passar a ser titular dessas ou em outra data conforme venha a ser estabelecido pelo Comitê de Gestão, sendo certo que em qualquer destas hipóteses, tal



4. FORMA DE PAGAMENTO DO PREÇO DE EXERCÍCIO

4. FORMA DE PAGAMENTO DO PREÇO DE EXERCÍCIO

4.2. Salvo decisão em contrário do Comitê de Gestão ou a menos que o Participante decida proceder de outra forma, o Participante utilizará pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Participação nos Lucros e Resultados, Bônus de Desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável anual a que fizer jus, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes ("RV") – "**Aplicação Mínima**", para o pagamento do Preço de Exercício das Opções Remanescentes e/ou das Opções que se tornarem exercíveis até 31 de julho do mesmo exercício em que houve pagamento de RV (tudo nos termos da Cláusula 3.1 e do **Anexo B**, observado o disposto na Cláusula 4.3, abaixo).

4.3. Caso o Participante possua Opções Remanescentes no Primeiro Plano e/ou no Segundo Plano então a Aplicação Mínima prevista nesta Cláusula 4 será destinada da seguinte forma: **(i)** para exercício integral das Opções Remanescentes do Primeiro Plano (se existentes) e, uma vez exercidas a totalidade de tais opções, **(ii)** para exercício integral das Opções Remanescentes do Segundo Plano (se existentes) e, uma vez exercidas a totalidade de tais opções, **(iii)** para exercício integral das Opções Remanescentes do Terceiro Plano (se existentes), e, uma vez exercidas a totalidade de tais opções, **(iv)** para exercício de Opções que se tornarem exercíveis até 31 de julho do mesmo exercício em que houve pagamento de RV.

4.3.1. Caso os recursos correspondentes à utilização da RV não sejam suficientes para que o Participante exerça todas as Opções que já forem exercíveis até o recebimento da RV, inclusive aquelas outorgadas no âmbito do Primeiro Plano e/ou do Segundo Plano ("**Opções Remanescentes**"), tais Opções Remanescentes permanecerão válidas e exercíveis de acordo com o disposto neste Contrato e nos respectivos Planos. Além da Aplicação Mínima, o Participante utilizará para o pagamento do exercício das Opções Remanescentes que já estiverem exercíveis a totalidade dos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos em virtude da titularidade de quaisquer ações da Companhia que o Participante já tenha recebido por conta do exercício prégresso de opções de compra de ações da Companhia.

4.3.2. O Participante que não realiza a Aplicação Mínima na forma e para os fins acima previstos, terá a quantidade de suas Opções do respectivo lote deste Terceiro Plano reduzida na proporção da percentual da sua RV que não for utilizada, salvo se o Participante já tiver subscrito e integralizado, até aquela data (ou seja, até a



data do pagamento da RV ao Participante), pelo menos um número idêntico de Ações com recursos próprios (excluídas aquelas ações computadas para esse mesmo fim em anos anteriores).

4.3.3. A redução do número de ações do lote, nos termos da Cláusula 4.3.2, em caso de não realização da Aplicação Mínima, será calculado nos termos da fórmula abaixo:

$$NF = (VU / 25\% \text{ da RV}) \times NO$$

Onde:

"NF" = Significa o número final total de Ações que podem ser subscritas ou adquiridas pelo Participante em decorrência do exercício do lote passível de exercício (nos termos da Cláusula 3) em caso de descumprimento da Cláusula 4.2, após as reduções a que se referem a Cláusula 4.3.2.

"VU" = Valor, em reais, utilizado para integralizar ou adquirir as Ações adquiridas em função do exercício do lote de Opções passível de exercício, nos termos da Cláusula 3, seja com a RV ou com recursos próprios do Participante. Não serão considerados para esse fim os recursos próprios do Participante que já tenham sido considerados no cálculo do NF de lote anterior.

"25% da RV" = Significa o valor, em reais, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor líquido da Participação nos Lucros e Resultados, Bônus de Desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável anual a que o Participante receber no ano em que o respectivo lote se tornar passível de exercício (nos termos da Cláusula 3), líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes.

"NO" = Número original de Ações que podem ser adquiridas pelo Participante em função do exercício das Opções outorgadas no âmbito do lote que se tornar passível de exercício no ano de pagamento da respectiva RV, sem as reduções a que se referem o item 4.3.2, conforme descrito no **Anexo B**.

A fim de dirimir qualquer dúvida: (i) com relação à RV líquida paga em 2017 será aplicável o disposto na Cláusula 4.3.5; (ii) se 25% (vinte e cinco por cento) da RV líquida paga em 2018 não for utilizada para Aplicação Mínima, o Participante deixará de fazer jus, conforme fórmula acima, a número de Opções do Lote Subsequente 2; e (iii) se 25% (vinte e cinco por cento) da RV líquida paga em 2019 não for utilizada para Aplicação Mínima, o Participante deixará de fazer jus, conforme fórmula acima, a número de Opções do Lote Subsequente 3, e assim sucessivamente.

4.3.4. Independentemente do cumprimento da obrigação estabelecida na Cláusula 4.2, fica assegurada ao Participante a livre disponibilidade da RV.

4.3.5. Não será exigível a Aplicação Mínima referente à RV paga em 2017, fazendo o Participante jus à integralidade das Opções do Lote Inicial sem qualquer redução ou penalidade. Não obstante, o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da RV paga em 2017 ("**Valor 2017**"), devidamente corrigido pela aplicação do IPCA a partir da data de pagamento até a respectiva data de utilização, poderá ser utilizado pelo Participante para o pagamento do Preço de Exercício das Opções ou das Opções Remanescentes que já estiverem exercíveis ou que se tornarem exercíveis nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 ("**Aplicação Adicional**") da seguinte forma:

Data	Valor Utilizado
2018	25% do Valor 2017
2019	25% do Valor 2017
2020	25% do Valor 2017
2021	25% do Valor 2017



A Cláusula 4.3.2 será aplicável caso o Participante não realize a Aplicação Adicional na forma e para os fins acima previstos.

4.4. Caso o Participante não pague o Preço de Exercício nas condições previstas na presente Cláusula 4, ele não receberá as Ações correspondentes e as pertinentes Opções estarão imediatamente extintas e canceladas, para todos os fins. Sem prejuízo do disposto acima, ainda que a Companhia autorize excepcionalmente a aquisição pelo Participante de Ações ainda não pagas, enquanto o Preço de Exercício a elas correspondente não for pago integralmente as Ações não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Comitê de Gestão, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Participante para com a Companhia.

5. LOCK UP

5.1. As Ações de titularidade do Participante, quando este se desligar da Companhia ou de sua respectiva Afiliada voluntariamente ou mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), com ou sem justa causa (qualquer um desses eventos, "**Eventos de Desligamento**"), incluindo as Ações que à época forem de titularidade do Participante, bem como aquelas que venham a ser adquiridas em função do exercício das respectivas Opções Vested, nos termos dos itens (a) e (b) da Cláusula 9.2, não poderão ser alienadas, cedidas ou transferidas pelo Participante, a qualquer título, para qualquer pessoa ou terceiro, a partir da data de comunicação acerca do Evento de Desligamento e durante o período de 1 (um) ano a contar da formalização de tal Evento de Desligamento – "**Prazo de Lock Up**".

5.2. Caso, dentro do Prazo de Lock Up, o Participante (i) venha a ingressar, atuar, participar e/ou investir em qualquer Negócio Concorrente (conforme definição abaixo), no território nacional, a qualquer título, seja como sócio, acionista, empregado, consultor ou de qualquer outra forma; e/ou (ii) por si ou por terceiros, contrate, ofereça emprego ou requisite os serviços de qualquer empregado, diretor, executivo ou consultor exclusivo da Companhia; e/ou (iii) por si ou por terceiros, adote qualquer comportamento que interfira ou possa interferir adversamente na relação da Companhia com seus fornecedores, prestadores de serviços e/ou clientes, a Companhia poderá exercer, a seu exclusivo critério, a Opção de Compra Adicional, conforme disposto na Cláusula 5.3 a seguir.

5.3. Opção de Compra Adicional. Na hipótese de comunicação acerca de um Evento de Desligamento (e a partir desse momento) e durante o Prazo de Lock Up, caso o Participante incorra no quanto estipulado na Cláusula 5.2 acima, a Companhia terá o direito, mas não a obrigação, de adquirir do Participante, parte ou totalidade (a exclusivo critério da Companhia) das Ações por ele adquiridas em função do exercício das Opções ora outorgadas ("**Opção de Compra Adicional**"). A Opção de Compra Adicional poderá ser exercida pela Companhia a qualquer tempo durante o Prazo de Lock Up. A Opção de Compra somente será considerada exercida mediante o recebimento, pelo Participante, de notificação escrita enviada pela Companhia. O preço da Opção de Compra Adicional deverá ser pago em 6 (seis) parcelas mensais, será equivalente ao Preço de Exercício devidamente corrigido pela variação do IPCA, acumulada desde a respectiva data de exercício até a data da liquidação financeira de cada uma das parcelas pertinentes ao exercício da



5.4. Para os fins do presente Contrato, "**Negócio Concorrente**" significa qualquer negócio no setor de *fast food* ou a este relacionado.

6.1. Alteração do Poder de Controle. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.2, o Vesting Inicial e os Vestings Subsequentes poderão ser integralmente antecipados caso ocorra qualquer operação que resulte na Troca de Controle da Companhia. Para os fins desta Cláusula, "**Troca de Controle**" significa qualquer transferência (ou conjunto de transferências, relacionadas ou não, similares ou não, que sejam implementadas durante a vigência deste Terceiro Plano) inclusive cessão, transferência, venda, alienação, permuta, troca, arrendamento, locação, doação, Ônus, gravame, aumento de capital, aporte sob qualquer forma e a qualquer título, fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou emissão de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, quer voluntária quer involuntária ("**Transferência**") que, consideradas conjuntamente, resultem (i) na Transferência, direta ou indireta, de pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma das ações com direito de voto de emissão ou valores mobiliários conversíveis em ações com direito de voto de emissão da Companhia; e (ii) na perda pela Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações (ou seus sucessores ou seus cessionários permitidos) e Montjuic Fundo de Investimento em Participações (ou seus sucessores ou seus cessionários permitidos) do direito de participar das reuniões prévias (*Prior Meetings*) conforme previstas na Cláusula 4.6 do Acordo de Acionistas da Companhia. Para fins de esclarecimento, caso uma mesma ação de emissão da Companhia (bem como as ações que possam vir a ser emitidas em decorrência de valores mobiliários conversíveis em ações com direito de voto de emissão da Companhia) venha a ser transferida mais de uma vez, tal ação deverá ser contabilizada apenas uma vez para fins de composição do percentual de 50% (cinquenta por cento) acima.

6.2. Na hipótese prevista no parágrafo 6.1, o Participante:

- (i) poderá exercer as suas opções e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas opções. Caso o Participante opte por não exercer a totalidade de suas

12.7. Averbação. O texto deste Contrato de Opção será averbado à margem dos registros societários da Companhia e perante a instituição custodiante das Ações da Companhia (se houver), para todos os fins do artigo 118 da Lei nº 6.404/76.

12.8. Quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato deverão ser dirimidas no Foro Central da Comarca da Cidade de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas.

Barueri, 22 de junho de 2017

BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A
RESTAURANTES S/A



Testemunhas:

1.

Nome:
RG:
CPF/MF:

2.

Nome:
RG:
CPF/MF:



S X P e

**ANEXO A do INSTRUMENTO PARTICULAR DE OUTORGA
DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES – TERCEIRO PLANO**

Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações



3 X P 4

**ANEXO B do INSTRUMENTO PARTICULAR DE OUTORGA
DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES – TERCEIRO PLANO**

Lotes, Vesting e Termos das Opções

Lote	Vesting
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- **Vesting:** momento no qual o Participante adquire e passa a fazer jus ao direito de exercer as Opções objetos do respectivo lote.

- **Utilização de RV Líquida para pagamento de Opções:**

RV Líquida paga em 2017 (referente ao exercício de 2016): Não aplicável. A utilização da RV Líquida paga em 2017 não será exigível para que o Participante obtenha o Vesting do Lote Inicial e passe a fazer jus ao direito de exercer as Opções a ele correspondentes.

RV Líquida paga em 2018 (referente ao exercício de 2017): aplicação / utilização de pelo menos 25% dessa RV da seguinte forma: **(i)** para exercício integral das Opções Remanescentes do Primeiro Plano (se existentes) e, uma vez exercidas a totalidade de tais opções; **(ii)** para exercício integral das Opções Remanescentes do Segundo Plano (se existentes) e, uma vez exercidas a totalidade de tais opções; **(iii)** para exercício das Opções Remanescentes do Terceiro Plano (se existentes) e, uma vez exercidas a totalidade de tais opções; e **(iv)** para exercício das Opções do Terceiro Plano que estarão Vested em 14 de julho de 2018. Caso, após a utilização de 25% da RV Líquida paga em 2018 nos itens (i), (ii) (iii) e (iv), os recursos sejam insuficientes para quitar o pagamento das Opções do Terceiro Plano que estarão Vested em 14 de julho de 2018, isto não implicará a perda ou redução de tais Opções, as quais passarão a ser consideradas como Opções Remanescentes do Terceiro Plano, válidas e exercíveis de acordo com os seus respectivos prazos e condições.

RV Líquida paga em 2019 (referente ao exercício de 2018): aplicação / utilização de pelo menos 25% dessa RV da seguinte forma: **(i)** para exercício integral das Opções Remanescentes do Primeiro Plano (se existentes) e, uma vez exercidas a totalidade de tais opções; **(ii)** para exercício integral das Opções Remanescentes do Segundo Plano (se existentes) e, uma vez exercidas a totalidade de tais opções; **(iii)** para exercício integral das Opções Remanescentes do Terceiro Plano (se existentes) e, uma vez exercidas a totalidade de tais opções; e **(iv)** para exercício das Opções do Terceiro Plano que estarão Vested em 14 de julho de 2019. Caso, após a utilização de 25% da RV Líquida paga em 2019 nos itens (i), (ii) (iii) e (iv), os recursos sejam insuficientes para quitar o pagamento das Opções do Terceiro Plano que estarão Vested em 14 de julho de 2019, isto não implicará a perda ou redução de tais Opções, as quais passarão a ser consideradas como Opções Remanescentes do Terceiro Plano, válidas e exercíveis de acordo com os seus respectivos prazos e condições.



TERMO DE EXERCÍCIO DE OPÇÃO

CEP 06454-000

At.: Presidente do Comitê de Gestão

27

ESPACO NAO
PREENCHIDO

5X P 2

Opções, as Opções restantes deverão ser exercidas em até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de ocorrência da hipótese prevista na Cláusula 6.1, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; ou

(ii) se assim demandado pela Companhia, deverá exercer a totalidade de suas Opções ainda não exercidas e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das Ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas Opções.

6.2.1. Na hipótese prevista na Cláusula 6.1, o Participante fará jus ao mesmo preço por ação auferido pelos acionistas vendedores e a forma de pagamento pela venda de suas ações seguirá a mesma regra e forma de pagamento aplicadas ao pagamento devido aos acionistas vendedores.

6.3. Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia ("IPO"). Na hipótese de um IPO, que poderá consistir tanto na emissão de novas ações pela Companhia ("**Oferta Primária**") quanto na alienação de ações de emissão da Companhia por seus respectivos titulares ("**Oferta Secundária**"), o seguinte deverá ser observado:

- Lock-Up: as Ações que já tenham sido adquiridas pelo Participante, bem como aquelas que venha a ser adquiridas em função do exercício das respectivas Opções somente poderão ser alienadas, vendidas, cedidas, doadas ou de qualquer forma oneradas em benefício de terceiro após transcorrido 1 (um) ano a contar da realização do IPO (observado, no entanto, o quanto estipulado a seguir caso o IPO envolva Oferta Secundária);
- Caso o IPO tenha envolvido Oferta Secundária: o Participante poderá alienar determinado número de Ações que seja proporcional à participação a ser alienada pelos acionistas vendedores na Oferta Secundária (sendo certo que, para tal propósito, se necessário for, o prazo de exercício de parte das Opções poderá ser antecipado, de modo que tal Participante possa participar da Oferta Secundária em conjunto com os acionistas vendedores). Na hipótese de os acionistas vendedores no âmbito de uma Oferta Secundária alienarem suas respectivas participações de maneira desproporcional entre si, o percentual de Ações do Participante que poderá ser alienado na Oferta Secundária deverá ser calculado de acordo com a média dos percentuais de participação a serem alienados pelos acionistas vendedores. Não obstante, em todo e qualquer caso, independentemente do percentual de ações a ser alienado pelos acionistas vendedores, as Ações a serem alienadas pelo Participante não poderão ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total de suas Ações. As Ações detidas pelo Participante que não forem alienadas no contexto de Oferta Secundária, conforme as regras aqui estipuladas, permanecerão objeto da restrição acima estipulada (i.e., regra de lock-up); e
- Manutenção do Vesting das Opções: o prazo de Vesting das Opções indicado na Cláusula 3.1 e no **Anexo B** não sofrerá qualquer tipo de alteração ou de antecipação em razão do IPO.

7.

7.2. Não obstante o acima disposto, e independentemente do direito de preferência a que se refere a Cláusula acima, em nenhuma hipótese o Participante poderá transferir, a qualquer título, suas Ações para qualquer empresa ou pessoa que tenha negócio concorrente com o negócio da Companhia ou que seja, em qualquer medida, empresa ou pessoa relacionada a qualquer sociedade que conduza negócio concorrente com o negócio da Companhia.

OPÇÕES DE COMPRA E VENDA SUBSEQUENTES

8.

8.1.1. Opção de Venda Subsequente do Participante. Após transcorrido o prazo indicado na Cláusula 8.1 o Participante terá o direito, mas não a obrigação, de vender à Companhia a totalidade, e não menos que a totalidade, das Ações por ele adquiridas em função do exercício das Opções ora outorgadas ("**Opção de Venda**"). A Opção de Venda poderá ser exercida pelo Participante a qualquer tempo pelo prazo de até 6 (seis) meses a partir do fim do prazo indicado na Cláusula 8.1. A Opção de Venda somente será considerada exercida mediante o recebimento, pela Companhia, de notificação escrita enviada pelo Participante. O preço da Opção de Venda será calculado conforme a fórmula prevista na Cláusula 8.2 e deverá ser pago em 3 (três) parcelas, corrigidas anualmente pela variação do CDI desde a data da venda objeto do exercício da Opção de Venda até a data de pagamento da respectiva parcela. A compra e venda objeto da Opção de Venda, observada a forma



de pagamento aqui estabelecida, ocorrerá em não mais do que 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento, pela Companhia, da notificação de exercício da Opção de Venda enviada pelo Participante. Se a Companhia, por qualquer motivo, não puder adquirir as Ações (inclusive na eventualidade de a Companhia não se enquadrar nos requisitos legais e regulamentares aplicáveis para adquirir as ações de sua própria emissão), a Companhia deverá necessariamente fazer com que terceiro(s) de sua escolha adquira(m) as Ações do Participante objeto da Opção de Venda, pelo preço e observados os termos e condições estabelecidos acima. Para todos os fins e efeitos legais, a Companhia e o Participante neste ato reconhecem, de forma irrevogável e irretroatável, que a presente Cláusula constitui e deve ser interpretada como a própria outorga da Opção de Venda pela Companhia ao Participante, independentemente de qualquer outro documento para fins de sua validade e aplicabilidade nas condições aqui previstas.

8.1.2. Opção de Compra Subsequente da Companhia. Após transcorrido o prazo indicado na Cláusula 8.1, a Companhia terá o direito, mas não a obrigação, de adquirir do Participante a totalidade, e não menos que a totalidade, das Ações por ele adquiridas em função do exercício das Opções ora outorgadas ("**Opção de Compra**"). A Opção de Compra poderá ser exercida pela Companhia a qualquer tempo pelo prazo de até 6 (seis) meses a partir da data do fim do prazo indicado na Cláusula 8.1. A Opção de Compra somente será considerada exercida mediante o recebimento, pelo Participante, de notificação escrita enviada pela Companhia. O preço da Opção de Compra será calculado conforme a fórmula prevista na Cláusula 8.2 e deverá ser pago em 3 (três) parcelas, corrigidas anualmente pela variação do CDI desde a data da compra objeto do exercício da Opção de Compra. A compra e venda objeto da Opção de Compra, observada a forma de pagamento aqui estabelecida, ocorrerá em não mais do que 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento, pelo Participante, da notificação de exercício da Opção de Compra enviada pela Companhia. Se a Companhia, por qualquer motivo, não puder adquirir as Ações (inclusive na eventualidade de a Companhia não se enquadrar nos requisitos legais e regulamentares aplicáveis para adquirir as ações de sua própria emissão), a Companhia poderá ceder sua Opção de Compra a terceiro(s) de sua escolha, que poderá(ão) adquirir as Ações do Participante objeto da Opção de Compra, pelo preço e observados os termos e condições estabelecidos acima. Para todos os fins e efeitos legais, a Companhia e o Participante neste ato reconhecem, de forma irrevogável e irretroatável, que a presente Cláusula constitui e deve ser interpretada como a própria outorga da Opção de Compra pelo Participante à Companhia, independentemente de qualquer outro documento para fins de sua validade e aplicabilidade nas condições aqui previstas.

8.2. O preço a ser pago quando do exercício da Opção de Venda e da Opção de Compra acima estabelecidas, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Preço} = [(6.0 \times \text{EBITDA Corrente}) - \text{Divida Líquida}] \times [\text{Percentual Participante}]$$

Onde,

"**EBITDA Corrente**" significa o EBITDA obtido pela Companhia nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir do último trimestre auditado.



"**EBITDA**" significará [Lucro Líquido + Imposto de Renda + Contribuição Social sobre Lucro + Despesas Financeiras (sem contar com despesas com taxas de cartão de crédito ou débito e outras taxas de cobrança) – Receitas Financeiras + Depreciação e Amortização – Resultados não operacionais];

"**Divida Líquida**" significará a somatória de (i) empréstimos e financiamentos (curto e longo prazo); (ii) impostos parcelados (iii) fornecedores em atraso; reduzidos de (i) aplicações financeiras e (ii) caixa e bancos.

"**Percentual Participante**" significará o percentual do capital social da Companhia detido pelo Participante objeto do exercício da Opção de Compra ou de Venda, ou seja, o resultado da divisão do número de ações objeto da Opção de Compra ou Opção de Venda, conforme o caso, pelo número total de ações representativas do capital social da Companhia.

8.3. A Opção de Venda e a Opção de Compra estabelecidas acima não mais serão aplicáveis caso a Companhia realize a abertura de seu capital e passe a ser uma companhia aberta com ações listadas em mercado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior.

9. DESLIGAMENTO

9.1. Nas hipóteses de desligamento do Participante por demissão ou destituição, com ou sem justa causa, ou aposentadoria, os direitos a ele conferidos de acordo com este Contrato poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto a seguir.

9.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência deste Contrato, o Participante:

(a) desligar-se da Companhia ou de sua respectiva Afiliada voluntariamente, seja pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador ou em decorrência de pedido de aposentadoria facultativa ou compulsória: (i) as Opções que ainda não sejam exercíveis na data do seu desligamento ("**Opções Non-Vested**") restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções já exercíveis na data do seu desligamento ("**Opções Vested**") poderão ser exercidas, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

(b) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), sem justa causa, (i) as Opções Non-Vested restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Vested poderão ser exercidas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e

(c) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo por justa causa, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Vested ou Non-Vested, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, nos termos deste Contrato.

9.3. Para fins deste Contrato, o termo "**justa causa**" significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia ou a respectiva Afiliada por justa causa, (i) nas hipóteses previstas na consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor, e (ii) no caso dos Participantes que sejam empregados da Companhia



ou de sua respectiva Afiliada e, (ii) no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não-empregados, nas seguintes hipóteses: (a) desídia do Participante no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; (b) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (c) a prática, pelo Participante, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas Afiliadas; (d) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Participante e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus sócios, ou de quaisquer Afiliadas, desde que devidamente comprovado; (e) descumprimento material do Estatuto Social da Companhia ou dos documentos societários de sua respectiva Afiliada, Código de Conduta e demais disposições corporativas ou societárias aplicáveis ao Participante, como administrador; e (f) descumprimento das obrigações previstas na Lei n.º 6.404/76, conforme alterada, aplicável aos administradores de sociedades anônimas, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas nos artigos 153 a 157 da referida Lei.

10. FALECIMENTO E INVALIDEZ PERMANENTE

10.1. Na hipótese de falecimento ou invalidez permanente do Participante, os direitos decorrentes das Opções estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores e as Opções poderão ser exercidas observadas as seguintes disposições:

(a) as Opções Non-Vested passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, para que possam ser exercidas pelo Participante ou pelos herdeiros ou sucessores do Participante, conforme for o caso, por um período de 1 (um) ano a contar da data do óbito ou desligamento por invalidez permanente; e

(b) as Opções Vested na data do óbito ou desligamento por invalidez permanente permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas por um período de 36 (trinta e seis) meses, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, observados os termos e condições deste Contrato.

11. DATA DE VIGÊNCIA E TÉRMINO DO TERCEIRO PLANO

11.1. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Terceiro Plano ou neste Contrato de Opção, as Opções extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

(a) mediante o seu exercício integral;

(b) após o decurso dos prazos aplicáveis para exercício de cada Opção, conforme aplicável; ou

(c) mediante o término deste Contrato de Opção, por qualquer motivo.

11.2. A outorga de Opções, nos termos do Terceiro Plano não impedirá qualquer operação envolvendo, direta ou indiretamente, o título gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, as Ações da Companhia (incluindo, sem limitação, operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão ou cisão, ou transferência de participação acionária na Companhia, sem a troca de controle ou, ainda, a efetivação do IPO da



Companhia) bem como não dependerá de prévia ou posterior anuência de qualquer Participante a efetivação de referidas operações.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Exceto conforme expressamente previsto neste Contrato de Opção, o Participante não poderá ceder ou de qualquer outra forma transferir a terceiros, no todo ou em parte, seus direitos e obrigações decorrentes deste Contrato de Opção sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, da Companhia.

12.2. As comunicações e notificações entre as Partes decorrentes do presente Contrato de Opção serão feitas por carta registrada ou por fac-símile, nos seguintes endereços (ou em outros endereços que venham a ser informados por escrito por uma Parte à outra).

Para a Companhia:

A/C: Presidente do Comitê de Gestão

e-mail: cemartins@vincipartners.com

Endereço: Av. Ataulfo de Paiva, 153, 5º andar, Leblon, Rio de Janeiro/RJ

Para o Participante

e-mail: [●]@burgerking.com.br

Endereço: Al. Rio Negro, 161, 14º andar, cj. 1.403, parte, Sala B, Alphaville,

Barueri/SP

12.3. O Participante não terá quaisquer direitos e privilégios de acionista da Companhia até que as Ações sejam por ele adquiridas nos termos da lei. Nenhuma Ação será entregue ao Participante em decorrência do exercício de Opções a não ser que todas as exigências legais, regulamentares e contratuais tenham sido integralmente cumpridas, ficando reservado à Companhia o direito de alterar ou eliminar, sem qualquer ônus, unilateralmente, qualquer disposição do presente Contrato para fins de adequação da Companhia à legislação aplicável.

12.4. Nenhuma disposição deste Contrato de Opção ou do Terceiro Plano conferirá direitos ao Participante que garantam a sua permanência como diretor, gerente ou empregado da Companhia ou de suas Afiliadas ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia ou suas Afiliadas de, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho ou destituir o Participante de suas funções, conforme o caso.

12.5. As obrigações ora assumidas no presente Contrato de Opção estarão sujeitas a execução específica conforme os artigos 497, 499, 500, 501, 536, 537, 806 e 815 do Código de Processo Civil Brasileiro.

12.6. Mandato. Para perfeita execução do disposto neste Contrato de Opção, o Participante nomeia e constitui, para todos os fins de direito, a Companhia como sua bastante procuradora, em caráter irrevogável e irretratável, conferindo-lhe poderes para assinar todos os atos necessários ao cumprimento deste Contrato, inclusive o de substabelecer. As Partes ora declaram e reconhecem que esta cláusula de mandato não representa qualquer obrigação, dever ou atribuição da Companhia de exercer o direito de preferência acima previsto, ou as Opções ou praticar qualquer ato para assegurar o exercício das Opções outorgadas ao Participante.

